



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA**

SARAH DE OLIVEIRA SOUSA

**A RELAÇÃO ENTRE O FEMININO E A MATERNIDADE: UMA PESQUISA
TEÓRICO-CONCEITUAL A PARTIR DE FREUD**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

SARAH DE OLIVEIRA SOUSA

A RELAÇÃO ENTRE O FEMININO E A MATERNIDADE: UMA PESQUISA TEÓRICO-
CONCEITUAL A PARTIR DE FREUD

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Psicologia apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Dr^a. Jamile Luz Morais Monteiro

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725r Sousa, Sarah de Oliveira .

A relação entre o feminino e a maternidade: uma pesquisa teórico -
conceitual a partir de Freud. / Sarah de Oliveira Sousa. – Miracema, TO, 2021.
63 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2021.

Orientadora : Jamile Luz Morais Monteiro

1. Feminilidade. 2. Maternidade. 3. Freud. 4. Mulher. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SARAH DE OLIVEIRA SOUSA

A RELAÇÃO ENTRE O FEMININO E A MATERNIDADE: UMA PESQUISA TEÓRICO-
CONCEITUAL A PARTIR DE FREUD

Monografia apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso De Psicologia foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Jamile Luz Morais Monteiro, Orientadora, UFT.

Prof.^a Dra. Cristina Vianna Moreira dos Santos, Examinadora, UFT.

Prof.^a Ms. Patricia do Socorro Nunes Pereira Lima, Examinadora, ESAMAZ.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha caminhada, em especial à minha família, que sempre me apoiou e acreditou no meu potencial, sem isso eu não chegaria aonde cheguei. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

É imprescindível nesse momento, dizer muito obrigada a todos aqueles que se fizeram presente durante todo o percurso acadêmico, e que também me apoiaram, torceram para que fosse possível realizar esse trabalho.

Em especial, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Jamile Luz Morais Monteiro, que, com sua leitura atenta e observações valiosas, pôde me conduzir neste processo de construção de saber.

À Universidade Federal do Tocantins que oportunizou o meu ingresso e permanência na formação de nível superior.

Ao corpo de Professores (as) do Colegiado do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins pelo exemplo e dedicação à construção de uma Psicologia humana.

À Deus, aos meus queridos pais Selma e Francisco, aos meus irmãos Abraão, Lucas e Francinara que de algum modo sempre estiveram presente durante esse percurso, seja de longe ou de perto, vocês são essenciais.

Às minhas queridíssimas amigas de curso Katerine e Nadja que estiveram presentes desde o início, meio e que compartilham das dificuldades e possibilidades e assim continuam, amo vocês “meninas” lindas. E a todos que fizeram esse processo ser mais leve.

Gratidão a todos!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo compreender, por meio de uma pesquisa teórica-conceitual à luz de Freud, a relação entre o feminino e a maternidade, discutindo em que medida o referido autor estabelece esta ligação. Para tanto, abordou-se as representações da mulher na sociedade, dando destaque aos movimentos feministas em prol dos direitos sociais da mulher e as simbolizações relativas à figura da mulher associadas à maternidade, como único e constituinte destino da feminilidade. Posteriormente, buscou-se nos escritos de Freud e seus comentadores como se dá o Complexo de Édipo na menina e no menino, visando entender a relação que Freud teceu entre a constituição da subjetividade feminina e maternidade. Por fim, foram lançadas considerações sobre a relação da psicanálise e os estudos de gênero e sua importância para o desenvolvimento do conhecimento na teoria e clínica psicanalítica.

Palavras-chave: Feminilidade. Maternidade. Freud. Mulher.

ABSTRACT

The present work of completion of the course aimed to understand, through a theoretical-conceptual research in the light of Freud, the relationship between the feminine and motherhood, discussing the extent to which the aforementioned author establishes this connection. To this end, we approached the representations of women in society, highlighting feminist movements in favor of women's social rights and the symbolizations related to the figure of women associated with motherhood, as the sole and constituent destiny of femininity. Subsequently, we sought in the writings of Freud and his commentators how the Oedipus Complex occurs in the girl and the boy, in order to understand the relationship that Freud wove between the constitution of female subjectivity and motherhood. Finally, considerations were made about the relationship between psychoanalysis and gender studies and their importance for the development of knowledge in psychoanalytic theory and clinic.

Keywords: femininity; maternity; Freud, women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	METODOLOGIA.....	16
3	A CONSTRUÇÃO SOCIAL SOBRE O “SER MULHER” E A MATERNIDADE NA CULTURAL OCIDENTAL	19
3.1	Os discursos dominantes sobre a mulher.....	19
3.2	Significações atribuídas à maternidade.....	24
4	O COMPLEXO DE ÉDIPO NA MENINA E NO MENINO.....	32
5	FEMINILIDADE E MATERNIDADE	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo verificar em que medida Freud, especialmente a partir dos seus escritos sobre o Complexo de Édipo e a feminilidade, estabelece a relação entre o feminino e a maternidade. Seria a maternidade o único caminho em direção à constituição da subjetividade feminina?. A partir da pesquisa teórico-conceitual na obra de Freud, pretende-se adentrar nesta temática, propondo uma discussão em um terreno um tanto polêmico no campo psicanalítico, que é a questão das teorias de gênero. De acordo com Ambra (2018), as teorias de gênero representam na contemporaneidade das discussões psicanalíticas uma espécie de furo e uma ameaça ao edifício teórico inaugurado por Freud. Nas palavras do autor:

(...) tais teorias teriam cometido o pecado de tocar o sacrossanto tema da sexualidade, que, durante quase um século, esteve sob a tutela da psicanálise. Na condição de psicanalistas, nossa resposta parece ser aquilo que Laufer (2015) denomina uma “melancolização do saber psicanalítico”. Em face de uma impossibilidade de luto pelo deslocamento de uma posição de poder, as teorias psicanalíticas recairiam sobre si mesmas, ignorando, assim, toda possibilidade de diálogo com outros campos do conhecimento. (AMBRA, 2018, p. 45).

Considerando o que nos diz o autor, este trabalho tem como objetivo se inserir neste debate no sentido de propor uma discussão em face a uma temática que necessita ser estudada no terreno da psicanálise e não somente reproduzida como um saber dado. A fim de desenvolver a questão norteadora desta pesquisa, faz-se necessário antes abordar brevemente como surgiu o interesse por investigar a temática.

O tema em torno da maternidade e suas particularidades na questão do feminino sempre me chamou atenção. Ser mulher envolve uma complexa descrição, assim como ser mãe, que também é um papel atribuído à mulher. Por outro lado, vivemos em uma época onde ser mãe não é mais a única opção para a mulher. Afinal, com a modernização e a inserção da mulher no mercado de trabalho, tornar-se mãe se coloca como uma opção, uma escolha, e não um destino. Deparamo-nos então como uma nova configuração da mulher que pode escolher ser mãe e, se assim for de sua escolha, viverá a maternidade atravessada por um discurso de conciliação: de um lado, exercer a maternidade e, de outro, lidar com suas responsabilidades do trabalho.

É válido mencionar que o fato da mulher, na contemporaneidade, ter escolha de exercer ou não a maternidade, é fruto de antecedentes históricos importantes onde o movimento feminista assume um papel primordial. Podemos dizer que a abertura desse campo de desejo para a mulher só aconteceu pela conquista de direitos, tais como: o direito ao voto, o

direito a ter ingerência em relação ao próprio corpo, o direito de se comportar diferente do que é esperado socialmente, o direito de trabalhar fora de casa, enfim, uma série de conquistas de direitos ancorados, em parte, às discussões relacionadas aos discursos dominantes sobre o que é ser uma mulher.

A famosa afirmação de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: Torna-se mulher” evidencia isso, posto que colocou em xeque todo um imaginário do que se esperava “naturalmente” de uma mulher, pela simples razão de ter nascido com o sexo feminino. Beauvoir chama atenção para o fato de que a mulher não pode ser reduzida pelos hormônios que habitam nela, por um corpo biologicamente determinado, mas que o “ser mulher” passa por uma construção social que envolve o papel atribuído ao gênero (MIGUEL & BIROLI, 2014).

Miguel e Biroli (2014) pontuam, em relação ao livro intitulado “O segundo sexo” de Beauvoir: “(...) o livro representou uma tentativa poderosa de entender a construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres” (MIGUEL & BIROLI, 2014, p.25). O questionamento sobre os papéis de gênero trazido por Beauvoir representa apenas um exemplo de como a conquista de poder desejar é tributária deste movimento, o movimento feminista.

Todavia, apesar da emergência de uma nova roupagem “ao ser mulher” conquistado pelo movimento feminista, não se pode deixar de mencionar que esta ainda vive sob o fantasma do modelo de uma mãe idealizada, que vive para os filhos e o lar, tal como afirmam Azevedo e Arrais (2006, p. 270):

Culturalmente, as representações sociais da maternidade estão fortemente calcadas no mito de mãe perfeita. Esta concepção assume proporções insustentáveis, segundo as quais acredita-se que a maternidade é inata à mulher. É a ideia de que a maternidade é parte inerente ao ciclo evolutivo vital feminino. Neste sentido, supõe-se que a mulher, por ser quem gera os filhos, desenvolve um amor inato pelas crianças e fica sendo a pessoa melhor capacitada para cuidar delas. (AZEVEDO; ARRAIS, 2006, p. 270).

Desta forma, ainda é esperado socialmente que uma mulher, em alguma fase da vida, seja mãe ou, no caso de acontecer uma gravidez sem ser “planejada”, geralmente espera-se um padrão do que se espera de uma mulher quando ela se torna mãe. Neste sentido, ser mulher está biológica e socialmente tão relacionado ao ser mãe. No entanto, considerando este contexto, como fica o desejo da mulher diante dessa escolha?

A maternidade, no decorrer da história, foi construída através de diferentes discursos que afirmavam ser essa uma tarefa primordial e essencial à “natureza” da mulher. Ligada diretamente ao feminino, as representações culturais da maternidade foram produzidas por práticas discursivas que prescrevem que toda mulher deveria cuidar, amar, alimentar e dar educação aos filhos, abdicando de si mesma, para cuidar de outro, totalmente dependente dela. Logo, a figura materna se associou a diversos sentidos. “A possibilidade de dar a vida a um ser e ao mesmo tempo inscrevê-lo na ordem da mortalidade confere à maternidade, desde o princípio, uma estreita relação com o poder e com a culpa” (MOURA, 2013). Nessa direção, cabe à mãe inscrever psíquica e subjetivamente a criança no mundo, assim como lhe dar a vida.

No aspecto que toca ao desejo, a psicanalista Malvine Zalcberg levanta alguns pontos importantes em uma entrevista intitulada “O que leva algumas mulheres a se arrependerem de ter filhos?”. Nela, a autora mostra que por muito tempo as mulheres não encontravam outra saída para as suas vidas a não ser pela maternidade. No que se refere ao fato de cuidar de uma criança, educá-la requer um preço que muitas mulheres não estão dispostas a pagar. São sentimentos que existem desde sempre, mas que as mulheres não ousavam em falar, em decorrência de prevalecer o desejo do outro, da sociedade e as condições limitantes em que as mulheres se viam/veem. Complementa dizendo: “A noção de maiores escolhas das quais dispõem as mulheres hoje não se limita a ter filhos ou não. Há muitas outras formas, em qualquer momento, de encontrar maneiras de se realizar e dar novo rumo às suas vidas, com ou sem filhos” (ZALCBERG, 2007, p. 5).

Diante dessas considerações acerca da maternidade ao longo das perspectivas aqui trazidas sobre as particularidades e atribuições às mulheres, que dizem respeito às representações e os discursos que foram construídos ao longo dos anos sobre essa temática, segundo Scavone (2011) a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam.

Partindo da concepção de Freud, que toma o Complexo de Castração como um fator específico na sexuação da menina, o bebê viria como objeto para reparar a falta do pênis na mulher. “Os dois desejos - possuir um pênis e um filho - permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior” (FREUD, [1924] 1996, p. 223-224). É explícito que o autor equipara e estabelece uma relação entre ser mulher e o “tornar-se mãe”. Entretanto, em que medida Freud tece essa relação? E seria para essa via a única possível de realização para uma mulher?

Farias e Lima (2004) referem-se que o desejo de ter um filho está ligado ao Complexo de Castração, segundo a teorização de Freud. Desse modo, a maternidade seria um dos nomes da castração. Seria então um objeto colocado no lugar do desejo, pois o filho seria um substituto para respondê-lo.

A sexualidade que já emerge na criança e na menina, passa a ser investida em outros objetos, não só mais na figura de mãe e pai. Para a menina, pênis seria o equivalente de um bebê. A menina diante dessa ameaça, não de ter o pênis, mas por nunca ter tido, desejaria, e o filho seria esse que o representaria (FARIAS; LIMA, 2004).

Sendo assim, é importante considerar que existem outras condições próprias do feminino que colocam demandas. Stellin; et al., (2011) abordam que podemos pensar que ter um filho-pênis não é a única forma de satisfação, pois isso cairia em um reducionismo. Para os autores, não podemos reduzir a constituição da subjetividade a uma determinação única: desejo de completude.

Conforme Zalcberg (2003) sabe-se que a lógica fálica constitui a base da teoria defendida por Freud, na qual baseia-se no fato de que o pai ocupa um lugar simbólico a partir do qual cabe-lhe regular as posições que a menina ou o menino ocuparão na família e na sociedade.

Para refletir sobre a relação mãe-criança, o eixo teórico a ser privilegiado, em Freud, será a importância que ele deu ao Complexo de Édipo. Em “A Dissolução do Complexo de Édipo” (1924/1996) Freud mostra que o Complexo de Édipo ofereceu à criança duas possibilidades de satisfação, uma ativa e outra passiva. Ou seja, a criança poderia assumir ou se colocar no lugar do pai e se relacionar com a mãe, como o pai, ou poderia assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai.

No texto “Feminilidade” (1933 [1932] /1996), Freud demonstra a masculinidade e a feminilidade como uma característica que foge da anatomia, não se reduzindo às suas ocorrências de indicações elementares quanto aos órgãos que possuem. Pode-se dizer que o ser feminino ultrapassa o âmbito do organismo. Nesta discussão, a maternidade ainda está ligada à constituição da mulher em seu universo, por mais que haja o rompimento que a determina biologicamente.

Zalcberg (2003) aborda que, mais tarde, Freud vai introduzir a primazia do falo¹, ou seja, de que a criança seria esse substituto fálico que se apresenta nela. Isto posto, a pergunta

¹ De acordo com Quinet (2015) o falo é o objeto imaginado pela criança — objeto imaginário que tem no pênis seu correspondente anatômico. Ou seja, esse “pênis” universal não é o órgão peniano e sim uma imagem dele atribuída a todos os seres, que Lacan denominou de falo imaginário. O falo imaginário, objeto ameaçado de

que norteia o objetivo geral da pesquisa em questão pode ser assim formulada: Em que medida Freud estabelece relação entre o feminino e a maternidade no sentido de restringir uma à outra, oferecendo à maternidade como a única saída possível no alcance da feminilidade? Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se: 1) realizar um levantamento bibliográfico em Freud e comentadores acerca da temática da maternidade e feminilidade; 2) analisar como se dá o complexo de Édipo no menino e na menina e; 3) verificar em que medida Freud estabelece a relação entre o feminino e a maternidade.

Ao procurar responder a este problema de pesquisa e aos objetivos é importante ressaltar as críticas direcionadas à psicanálise por colocar a mulher em um lugar que tem como referência à figura masculina. Silveira (2020, p. 114) pontua que:

Existe um amplo e resiliente vínculo da psicanálise com o patriarcado (se pudermos usar esse termo para nos referirmos a formas de vida alicerçadas de modo estruturante na autoridade do homem sobre a mulher, em números elevados de atos de violência exercidos contra esta e na exclusão das mulheres da vida pública e das instâncias de deliberação política) que o pensamento feminista permite enxergar. Isso significa que feminismo e psicanálise alimentam questões recíprocas. (SILVEIRA, 2020, p. 114).

Silveira (2020) mostra que o debate entre feminismo e psicanálise é tão antigo quanto a própria obra de Sigmund Freud, seja no espírito, na sua letra, ou na prática inventada por ele. Por esse motivo, a psicanálise interessa à reflexão feminista na medida em que reivindica para si duas tarefas: uma delas, é elaborar teoricamente o fenômeno da sexualidade humana e a outra, a tese de que existem processos psíquicos inconscientes, diagnosticar o modo pelo qual eles incidem nas dimensões social e política da experiência.

No que se refere às teorias feministas e a psicanálise, ambas partem de diversos modos de análise, “pois não compartilham a mesma concepção epistemológica de sujeito: as primeiras são tributárias do sujeito da consciência, especialmente da noção de identidade, enquanto, na psicanálise, a centralidade recai sobre o sujeito do inconsciente (OLIVEIRA & NICOLAU, 2020, p. 04). Sob outra ótica, o feminismo e a psicanálise, como discursos que se associaram a partir dos finais do século XIX, e se formaram como movimentos de pensamentos em diferentes momentos de criação e atuação por todo século XX, não foram estranhos desde sempre, mesmo que suas relações tenham sido marcadas por desencontros, polêmicas, oposições, que continuam se fazendo na atualidade.

perda para um, e objeto de inveja para o outro, é inscrito na subjetividade, para ambos os sexos, como faltante. Assim, representa, no contexto do Édipo, a representação do desejo como falta, sendo o operador na constituição da subjetividade na medida em que inaugura a dialética do "ter" ou "não ter". Logo, o que é sustentado como elemento organizador da sexualidade não é o órgão genital masculino, mas a representação psíquica imaginária e simbólica construída a partir desta região corporal do homem (COSTA & BONFIM, 2014).

A psicanálise não se construiu, no entanto, como uma reflexão crítica sobre a estrutura patriarcal da sociedade e da família. Suas perguntas eram outras e suas concepções se elaboraram dentro destas estruturas do pensamento ocidental patriarcal, em que a categoria “homem” equivale à humanidade, englobando a categoria mulher subsumida neste sujeito genérico homem (no entanto, para esse corpo teórico, não mais o sujeito racional, mas o sujeito do inconsciente, sujeito do desejo). Isto também fez questão para o feminismo. (LAGO, 2012, p. 04-05).

Brandino et al. (2018) afirma que para se pensar o gênero em psicanálise não é necessário ter apenas um novo olhar a respeito do desenvolvimento e da expressão psicosssexual da mulher, mas também compreender, no sentido lato, as demandas que essas mulheres (sejam biologicamente mulheres, sejam socialmente mulheres) trazem à clínica tendo em vista o gênero feminino como um marcador social que promove e interrompe diferentes vontades e desejos, que limita a expressão do feminino.

A psicanálise envolvida com o feminismo tem essa responsabilidade, de entender na clínica o sofrimento dessas relações de poder e promover um empoderamento dos seres – especialmente os que se tornaram mulheres – frente a essas lutas (BRANDINO et al, 2018, p. 178).

Diante disso, debruçar-se sobre a temática que envolve o feminino e a maternidade, a partir da psicanálise, é uma tarefa de suma importância no território da clínica psicológica, pois possibilita um olhar para além do que já se construiu sobre a mulher e o ser mãe. Pesquisar sobre isso proporciona um repensar a condição da mulher em relação ao que antes era um destino: tornar-se mãe. Assim, no contexto histórico e social em que a mulher está inserida, ainda há a compreensão de que o destino da mulher seria pela vida materna. Como há mulheres que se identificam e desejam ser mães, em outras essa ideia pode provocar questionamentos e dúvidas. Assim, este trabalho pretende desenvolver a possibilidade de uma análise frente à questão da maternidade e feminilidade.

No Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX, o projeto de higienização que se ocupou dos corpos das mulheres e a construção do modelo mulher-mãe objetivavam moldar o comportamento feminino por meio do casamento indissolúvel, comedido, recatado, em que a sexualidade tinha como objetivo a procriação (MACHADO; et al., 2019).

Badinter (1985) mostra que o amor materno não constitui um sentimento que é inerente à condição de ser mulher, mas algo que vai se construindo e se adquirindo. Isto é, constitui-se como produto da evolução social desde o século XIX. A autora exemplifica que nos séculos XVII e XVIII, o conceito do amor da mãe aos filhos era outro, “as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar

depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas da história” (p. 02).

O significado da maternidade associado ao amor e ao cuidado passaram a afirmar referenciais ideais. Na atualidade, pode-se dizer que novas experiências femininas têm produzido novos sentidos. Conforme mostra Patias e Buaes (2012, p. 301), em relação à maternidade, existem “diferentes significados atribuídos à experiência de ser mãe nas sociedades em que vivemos hoje”, o que torna transitórias as identidades sociais. Marcos e Mendonça (2020, p. 95) afirmam que:

(...) apesar das diversas conquistas das mulheres nas últimas décadas, a maternidade fornece ainda hoje significado e imagem com os quais se revestem o feminino pela via do ter fálico. Correlativamente ao declínio da autoridade paterna, encontramos frequentemente uma idealização da mãe que pode se converter em um querer ser mãe generalizado ou na veiculação de uma imagem ideal da mãe à qual toda mulher deve se conformar. Neste cenário, a criança torna-se uma espécie de mais-valia, objeto precioso. (MARCOS; MENDONÇA, 2020, p. 95).

Por isso, é fundamental resgatar historicamente e problematizar a concepção de maternidade e sua relação com a feminilidade pela via freudiana. Assim, a pesquisa se faz relevante para ampliar o debate acerca das singularidades que dizem respeito ao que chamamos de feminino. É relevante entender a maternidade como uma experiência singular na vida de cada mulher, e que assim, possa representar não um papel ou uma função, mas para além disso, como já foi mencionado.

A importância de se debruçar sobre este do tema encontra-se também na possibilidade de discutir as relações da psicanálise e as questões trazidas na clínica psicanalítica, ou seja, que podemos nos deparar em nossa futura prática clínica, a saber: o sofrimento de mulheres que por algum motivo, vivenciam alguma condição de angústia, inquietação sobre ser mãe, tornar-se mãe, e sobre a experiência materna. Dito isto, faz-se necessário oferecer acolhimento e apoio por meio da escuta às diversas demandas que podem permear na vida dessas mulheres. Este trabalho justifica-se ainda pela sua relevância científica, que envolve aspectos ligados à feminilidade, e como esta se desenvolve na concepção que é aqui trazida, com vistas a contribuir com o conhecimento na Universidade e ampliando o debate no que concerne à complexidade que o envolve, principalmente com relação às questões que comparecem no âmbito do social, como as teorias de gênero, por exemplo, considerando como isso comparece na clínica psicológica.

2 METODOLOGIA

Quanto aos aspectos metodológicos, este trabalho pretende se ancorar na pesquisa conceitual. De acordo com Laurenti et al. (2016), “a pesquisa conceitual pode ser definida como uma interpretação da teoria ou texto psicológico” (p. 43). Ela analisa teorias psicológicas no intuito de esclarecer o significado de seus conceitos fundamentais; a relação entre conceitos centrais e correlatos; os fundamentos filosóficos que lhe são subjacentes; o contexto histórico – intelectual e/ou cultural – de seu desenvolvimento.

Embora a investigação teórica possa ser orientada por diferentes noções de interpretação, os autores alinham-se à concepção de que interpretar envolve uma inter-relação entre autor, texto e leitor, em que se admite a autonomia do texto, a contribuição do intérprete e critérios, natureza das fontes, evidência textual etc. (LAURENTI; et al., 2016, p. 50). A pesquisa conceitual, no entanto, parte de um questionamento sobre o que consiste em uma determinada teoria, ao invés de simplesmente responder uma pergunta (LAURENTI; et al., 2016, p. 44).

Neste sentido, a pesquisa conceitual exige do pesquisador uma série de habilidades, como o domínio da teoria que se quer investigar e o estudo de um ou vários conceitos do mesmo autor. “Em uma pesquisa ainda mais ampla, na qual um ou mais conceitos seriam examinados em textos de diferentes autores, o intérprete teria de dominar as teorias envolvidas nessa proposta de pesquisa” (LAMEIRA; et. al, 2016, p. 46).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa conceitual no campo da teoria psicanalítica. Sobre tal especificidade, é necessário fazer algumas considerações. A pesquisa conceitual e teórica em psicanálise requer do pesquisador a implicação frente a determinado objeto de estudo, assim como sua determinação, como sujeito, na construção de uma análise. O pesquisador, além de se implicar no que ele estuda, envolve-se com o tema em uma relação dita transferencial, na medida em que as leituras o tocam de determinada forma (LAMEIRA et al., 2013, p. 70).

A pesquisa em psicanálise é uma tarefa contínua, aberta, pois está a todo momento fazendo-se um trabalho de questionar sobre os seus fundamentos, interrogando-se quanto à construção dos conceitos em sua articulação com o corpo teórico. “A história da pesquisa em psicanálise remonta às pesquisas realizadas por Freud sob a orientação de proeminentes personalidades que encarnavam em seu ensino os pontos essenciais do pensamento científico do final do século XIX e início do século XX” (LAMEIRA; et al., 2013, p. 71).

Naffah Neto (2006), comenta acerca da pesquisa no campo da psicanálise e pontua dois eixos importantes neste tipo de pesquisa, a saber: a pesquisa-investigação e pesquisa-escuta. O autor salienta que a pesquisa-investigação, tal como a pesquisa teórico metodológica ou conceitual, é responsável em última instância, pelo crescimento e aperfeiçoamento da disciplina psicanalítica, que complementa a pesquisa clínica e lhe dá suporte, recebendo dela, ao mesmo tempo, o embasamento para o seu trabalho construtivo. Sendo assim, a pesquisa-investigação, implica o desejo do pesquisador na formulação do eixo teórico-metodológico, bem como sua investigação rigorosamente planejada.

Já a pesquisa-escuta, segundo Naffah Neto (2006), é uma pesquisa clínica, da qual a atenção flutuante do analista contribui para a produção de sentido, no qual predomina uma posição mais passiva de se afetar pelo outro, ou seja, ela ganha forma sem necessariamente ter que problematizar um campo em questão. Tanto a pesquisa-escuta e pesquisa-investigação são complementares e se alternam.

Isto posto, este projeto tem em seu fundamento metodológico a pesquisa teórica e conceitual em psicanálise, que se propõe questionar sobre e abordar a relação entre os conceitos de feminino e a maternidade, a partir de Freud. Partiremos das principais formulações psicanalíticas de Freud acerca do tema da feminilidade e a sua relação com a maternidade. Alcançaremos também os comentadores de Freud, como Ana Laura Prates, Colette Soler, Maria Rita Kehl, Malvine Zalcberg, Serge André e Antônio Quinet, que discorrem sobre o referencial teórico e nos auxiliam a compreender a leitura sobre o tema. Vamos partir dos seguintes textos de Freud: “A Dissolução do Complexo de Édipo” (1924/1996), “Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos” (1925/1996), “Sexualidade Feminina” (1931/1996) e “Feminilidade” (1933/1972).

A fim de discutir sobre a relação entre a maternidade e a feminilidade em Freud, consideramos a acepção segundo a qual “cabe à menina, para tornar-se mulher, um encargo trabalhoso e contínuo, pois, mais do que ser, a feminilidade é tornar-se” (ZALCBERG, 2003, p. 27). Da mesma forma, partimos da hipótese de que a mulher não nasce para ser mãe, mas sim se torna mãe pela via da subjetividade que a constitui. Sendo assim, este trabalho propõe o seguinte percurso teórico:

No capítulo 1, considerando que a pesquisa teórica e conceitual no campo da psicanálise convoca que o pesquisador situe o contexto no qual os conceitos estudados se inserem, apresentamos os acontecimentos históricos, políticos e ideológicos na cultura ocidental que influenciaram para o aparecimento das diferentes significações do feminino e da maternidade, apontando como se constituiu e se constitui a relação entre ambos.

No capítulo 2, pretendemos abordar o complexo de Édipo na menina em contraposição ao complexo de Édipo no menino, com o objetivo de compreender o processo de subjetivação da menina em direção à feminilidade, ao tornar-se mulher. No capítulo 3, os efeitos da dissolução do complexo de Édipo na menina, abordamos como ela menina se torna mulher, bem como a relação que Freud estabelece entre o feminino e a maternidade, analisando em que medida as questões do feminino se restringem à inveja do pênis e ao desejo de ser mãe.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL SOBRE O “SER MULHER” E A MATERNIDADE NA CULTURA OCIDENTAL

Para que seja possível pensarmos sobre as significações construídas em relação à mulher em sociedade, neste capítulo, apresentamos uma breve contextualização das representações inerentes ao papel da mulher. Logo, é necessário pensarmos o feminino na cultura ocidental, visto que se trata de uma questão relevante ao retornar a ideia advinda de um longo processo histórico, de que a essência do feminino e a feminilidade estão intrinsecamente ligadas à maternidade.

Na primeira parte é abordado como os discursos em diversos contextos culturais foram sendo construídos ao longo da história sobre o papel da mulher e o que é ser uma mulher. Em um segundo momento, faz-se um apanhado histórico da relação que a mulher estabeleceu com a maternidade, sendo esta uma característica propriamente feminina e significada por diversas representações em que a mulher foi posta.

3.1 Os discursos dominantes sobre a mulher

Ao longo do tempo, os paradigmas de como ser mãe, ser mulher vêm se modificando e adaptando-se ao contexto social e histórico de cada época. Nota-se que a maternidade e a feminilidade se adaptam à realidade na qual os sujeitos estão inseridos e essas adaptações e mudanças se dão devido ao posicionamento da mulher diante da sociedade, vencendo preconceitos e enfrentando situações e fatos que marcaram a história da humanidade.

Os discursos que constituíram a feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, transmitido através da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum, da religião e da grande produção científica e filosófica da época, que determinava o que deveria ser para alçar a posição de uma mulher (KEHL, 2008, p. 44). Dessa maneira, torna-se importante abordar como os ideais culturais são construídos em cada lugar e em cada época na sociedade ocidental, pois são fundamentais para pensar a constituição no que diz respeito ao feminino

Ainda segundo a mesma autora, nas sociedades ocidentais do século XIX, o homem era responsável pela atividade econômica exercida fora do lar. À mulher cabia o espaço doméstico, a responsabilidade pela educação dos filhos e a união da família. Com a emergência da família burguesa, o papel da mulher passa a ser redefinido, ao ser reforçado no

imaginário social a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e os filhos, ou seja, a mulher está situada em relação ao outro. Fabri (1997), afirma:

Ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. (FABRI, 1997, p. 230).

Assim, chama-se de feminilidade uma construção discursiva produzida a partir da posição masculina. A feminilidade aparece como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora. A partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social (a família e o espaço doméstico), por meio do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. “A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi o de promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade” (KEHL, 2008, p. 47-48).

O psicanalista Contardo Calligaris (2019) no livro “Uma Conversa sobre Gênero, Sexualidade, Maternidade e Feminismo”, com a psicanalista Maria homem, mostra que a cultura ocidental desde, no mínimo, a cultura grega antiga, é uma cultura que não é apenas machista; ela é misógina. Isto é, de que a nossa cultura é fundada não apenas no domínio sobre as mulheres, mas no ódio pelas mulheres. O autor explica que a misoginia entra na cultura ocidental por duas grandes figuras: Pandora, na mitologia grega, e Eva. Ou seja, nesse contexto a mulher era a representação do mal, a grande tentadora. Assim, o autor complementa em sua análise: “na cultura ocidental, a figura feminina é uma projeção dos desejos que o homem não conseguiria controlar (...) é graças a ela que o homem pode justificar o mal que tem em si” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 17).

Na contramão desse ideal de adequação sobre o lugar da mulher na sociedade, é importante mencionar a emergência do movimento feminista, que teve função primordial na conquista de direitos das mulheres na pólis. De acordo com Nogueira (2017), o movimento feminista pode ser dividido em três momentos históricos: a primeira onda, a segunda onda e a terceira onda.

A primeira onda, que se deu em meados do século XIX até os anos 60 aproximadamente, foi marcada pela reivindicação dos direitos trabalhistas, com a criação da

licença maternidade, bem como pelo movimento sufragista, que lutou pelo direito reprodutivo e familiar, trazendo à tona as discussões em torno do aborto, do divórcio, como também das melhorias nas condições materiais para as mulheres (NOGUEIRA, 2017). Para Szapiro e Féres-Carneiro (2002), a luta das mulheres no final do século XIX foi caracterizada pela reivindicação dos mecanismos de proteção relativos às necessidades de regulamentação das condições de trabalho na Inglaterra e nos Estados Unidos, defendendo o direito de liberdade para escravos, ou ainda, discutindo o direito ao voto, que também estiveram presentes no movimento sufragista. Em suma, tais reivindicações foram todas de cunho libertário. “As mulheres, embora de modo desigual em relação aos homens, estavam incluídas simultaneamente nas duas esferas. No mundo da produção, as mulheres passaram a lutar por leis e direitos iguais aos dos homens (SZAPIRO & FÉRES-CARNEIRO, 2002, p. 182)”.

Já na segunda onda, pode-se dizer que se deu a partir de Simone de Beauvoir. Ao publicar sua obra “O Segundo Sexo”, Beauvoir passa a ser considerada uma personagem importante no que tange ao abandono de ideias igualitaristas para um feminismo centrado na mulher. Diante disso, o pensamento de Beauvoir aborda questões de liberdade sexual, da prática da contracepção e do aborto como os direitos da mulher, reivindicando a autonomia máxima sobre o próprio corpo por parte das mulheres (SZAPIRO & FÉRES-CARNEIRO, 2002).

A imagem da mulher aqui era bastante retratada como um ser místico, limitado e incapaz de desenvolver-se tendo sua submissão instintivamente (BORGES, 2013). Nesse contexto, o naturalismo conferido ao sexo começa a ser indagado, embora não ocorra de todo uma ruptura com a concepção de naturalização do sexo, assim, a crítica feminista avança no sentido de começar a questionar sobre esta possível naturalização. Os estudos das feministas tanto da primeira quanto da segunda onda têm relevante contribuição para o questionamento e a ressignificação dos estudos de gênero. Entretanto, na década de 1970, as abordagens sexo igual a gênero não deixa de existir completamente, mas a própria tomada da palavra gênero para os estudos feministas retira a discussão sobre os sexos do âmbito biológico, transpondo-a para o político-cultural. As relações entre homem e mulher passaram a ser compreendidas a partir da tomada de outras variáveis intervenientes, como classe e raça (JESUS & SACRAMENTO, 2014).

O feminismo da Segunda Onda teve como movimento principal o Feminismo Radical que é a corrente feminista que defende que o gerador das desigualdades da sociedade tem como responsável o patriarcado, o qual considera as mulheres apenas um fator condicionante para que exista a dominação masculina. O Feminismo Radical parte de uma reflexão

acadêmica sobre a origem da desigualdade de gênero, as lutas contra a opressão feminina com relação ao patriarcalismo, a partir de estudos feitos na esfera familiar, sexual e no que se refere aos direitos sobre o próprio corpo (SILVA, 2008).

No século XX, surge a terceira onda do movimento feminista, que foi caracterizada por uma inquietação quanto ao assunto da maternidade por parte das feministas, que vieram sinalizar que esta não se tratava de um determinismo inato, biológico, mas sim denunciava uma construção social. Isto é, a dominação do masculino sobre o feminino não deveria ser vista como natural, porém como um fato social, produto de um imaginário social sobre o que deveria ser uma mulher. Logo, a terceira onda feminista não foi caracterizada pela luta da igualdade de direitos entre homens e mulheres e sim pela demarcação de um feminismo da diferença, da alteridade e da produção discursiva da subjetividade (NOGUEIRA, 2017)

Nogueira (2017) afirma que na terceira onda aparece o movimento feminista negro, que assume o questionamento de que a maioria das análises eram feitas nas experiências e necessidades de mulheres brancas, ocidentais e de classe média. O discurso da emancipação de gênero promovido pela segunda onda do feminismo esteve sempre centrado nas experiências das mulheres brancas de classe média alta e marginalizou as experiências de mulheres africanas, hispânicas, indianas e das mulheres pobres. O movimento levado pelas mulheres negras reclamava que não se poderia falar da homogeneidade da categoria de mulheres como se elas partilhassem as mesmas experiências de vida. Desse modo, o feminismo criticou certas pautas que excluía por completo as experiências das mulheres negras. Moreira (2020) aponta que o feminismo negro questiona o feminismo branco, formado por mulheres de classe média escolarizadas, urbanas, isto é, um feminismo que não incluía em sua pauta as especificidades das mulheres negras, pobres, excluídas de bens materiais e simbólicos.

Nogueira (p. 21, 2017), pontua que “(...) a terceira onda não é uma perspectiva uniforme, como se viu no ponto de apresentação (breve) das ondas no feminismo”. Isto é, este novo discurso desconstrói e descentra as ideias da segunda onda, produzindo novas formas de compreender. Foram as críticas provenientes das teóricas feministas críticas da “raça” as primeiras a inaugurar esta terceira onda. O foco desta nova direção no feminismo partiu da crítica da mulher essencialista da segunda onda, que ignorava ou desconsiderava as diferenças entre as mulheres, assim como da ausência em compreender e teorizar sobre as opressões múltiplas e simultâneas experienciadas principalmente pelas mulheres negras nos Estados Unidos.

Assim, pode-se dizer que a terceira onda caracteriza-se pelo aparecimento do feminismo interseccional, baseado no cruzamento desses marcadores sociais citados anteriormente, como o gênero e a raça. O termo, para Akotirene (2019), demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais como o racismo, o sexismo e as violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. Como mostra a autora:

As mulheres negras sucumbem aos ativismos comunitários voltados menos para si, enovelados pelo padrão moderno no qual suas identidades são revertidas às de mães solteiras, chefas de família desestruturadas, “mulheres da paz” efetivas no resgate de jovens criminosos. Através desta articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revertidos em fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças raciais de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas (AKOTIRENE, 2019, p. 36).

Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras a cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes. Portanto, na heterogeneidade de opressões interligadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto que todo sofrimento está capturado pelas estruturas (AKOTIRENE, 2019).

Já os estudos de gênero articulados à teoria *queer*, podem ser considerados como fazendo parte de um movimento pós-estruturalista de Foucault e Derrida, debatendo as questões de universalidade oriundas das teorias lacanianas e dos estruturalistas de Lévi-Strauss, e partindo para uma discussão da singularidade do sujeito. Azerêdo (2010) mostra a conceituação de Scott² em que divide o gênero em duas partes: por um lado, considera-o como uma forma primária de dar significado a relações de poder e, por outro, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Além disso, divide em quatro categorias as áreas em que essas relações aparecem: a simbólica, a normativa, a institucional e a identidade subjetiva.

² Historiadora social feminista norte-americana, cuja definição de gênero é mais citada quando se trata de conceituá-lo. Um de seus trabalhos muito importante é “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, capítulo de seu livro *Gender and the Politics of History*, publicado em 1988. Sandra Azerêdo, autora do texto “encrenca de gênero nas teorizações em Psicologia” (2010), mostra a definição abrangente e organizada de gênero de Joan Scott, como uma construção que dá significado às relações de poder.

Azerêdo (2010) afirma que “teorizar sobre gênero implica “encrenca” (*trouble*), sobretudo para a psicologia, na medida em que essa é uma área disciplinar e a complexidade de gênero, segundo Judith Butler, exige um discurso inter e pós-disciplinar para resistir à domesticação acadêmica” (2010, p. 175, grifo da autora). Porém, para a autora não é suficiente dizer que gênero é uma construção que dá significado a relações de poder, mas é preciso saber em que condições emerge o sujeito em uma “matriz generificada de relações”, como a autora mostra referindo-se à Butler. Isto é, o gênero passa a não ser mais constituído através de uma interpretação de sexo (que deixa de teorizar a matéria do sexo), mas “através de que normas reguladoras é o próprio sexo materializado?” (AZERÊDO, 2010, p. 176).

Segundo Louro (1997) observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. Nesse sentido, a característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar.

Nessa direção, a pretensão é entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. Em uma aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreende-se os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias (LOURO, 1997, p. 24).

Moreira (2020) pontua que os estudos de gênero, ao marcar que os sentidos atribuídos às diferenças são construções históricas, afirmam que tais sentidos não são imutáveis e que, ao contrário, as posições sociais de homens e mulheres podem ser transformadas. A anatomia não é o destino, e a história é feita cotidianamente por sujeitos concretos que se afetam mutuamente e que têm potência de inventividade.

3.2 Significações atribuídas à maternidade

Conforme Brasil e Costa (2018), na problemática da procriação, o imaginário libertário dos anos sessenta produziu um discurso de repúdio a qualquer forma de dominação masculina sobre as mulheres, situação atribuída à maternidade que, portanto, as mulheres deveriam evitar. Assim, a mulher, para ser igual ao homem, deveria negar-se à experiência

que, na natureza, ou seja, no biológico, e no sentido mesmo do imaginário da cultura, designa o lugar específico da mulher.

Na ocorrência de um novo lugar para a mulher, a maternidade passou a ser incluída não mais como destino irrevogável, mas como um projeto a ser ou não realizado. Com a pílula esta situação se inverteu, os contraceptivos contribuíram para a emancipação do desejo das mulheres com relação ao desejo dos homens. Quando a maternidade pôde ser objeto de planejamento, o ato sexual passa a representar tão somente uma experiência de prazer, desvinculando-se da questão da reprodução (SZAPIRO & FÉRES-CARNEIRO, 2002).

Szapiro e Féres-Carneiro (2002) sinalizam que os primeiros discursos de lutas das mulheres pela melhoria de condições de trabalho, já desde o século dezenove, sinalizavam que o debate sobre a relação homem e mulher estava colocado na agenda de discussões sobre as desigualdades sociais. A narrativa biológica moderna da diferença sexual do século XVIII pôde superar a teoria hierárquica do modelo de um só sexo que amparavam a ideia de uma inferioridade da mulher. Tomando como referência o corpo do homem, o modelo de um só sexo descrevia o corpo da mulher como um corpo imperfeito, portanto, inferior. No que se refere a maternidade as autoras destacam:

Interpretada como obstáculo à igualdade, a maternidade, enquanto diferença irreduzível, foi colocada no centro das discussões nas diversas correntes do movimento feminista, num debate que atravessou toda a segunda metade do século XX. A partir dos anos sessenta encontramos nos discursos de importantes representantes do movimento feminista a proposição de que a maternidade seria uma condição da qual toda mulher deveria tentar escapar. Isto porque seria exatamente nesta condição que a mulher seria submetida a uma maior opressão por parte do homem. Escapar da maternidade também significava, para a mulher, não mais aceitá-la como um destino inevitável e sim concebê-la como uma escolha livre e autônoma, como uma opção. (SZAPIRO; FÉRES-CARNEIRO, 2002, p. 180).

Todavia, a crença na liberdade de escolha como valor, como formadora da ideia de indivíduo é o indicador de verdade do imaginário moderno. Na construção deste projeto, qualquer constrangimento ao exercício desta liberdade é geralmente vivido com sofrimento. Toda restrição colocada pelo outro social é repudiada em nome da liberdade de escolha. Porém, as sociedades modernas obedecem a um sistema de transmissão patronímico, o que determina a atribuição do nome do pai ao filho. Ou seja, do ponto de vista da cultura humana, não existe fato biológico em si, o que existe são, portanto, discursos próprios a cada cultura que constituem os fatos biológicos (SZAPIRO & FÉRES-CARNEIRO, 2002).

Navarro-Swain (2010) diz que apenas em um sistema heterossexual existem mulheres e homens, pois a determinação destes últimos depende da ascendência que tenham sobre as

mulheres. “Estas, por sua vez, ao se assujeitarem, ao localizarem sua importância social exclusivamente na maternidade e no olhar masculino, que as constroem corpo e sexo, reproduzem o sistema no qual sua dominação se perpetua” (p. 17).

Segundo Stelin; et al., (2011) é somente na modernidade, que surge a função de mãe cuidadora, ou seja, a mulher foi reduzida a essa função e aquelas que não exerciam seu papel eram tratadas ou consideradas sem valor. Já na contemporaneidade essa situação vem se modificando e a expressão maternidade/feminilidade sofreu uma ruptura. Pode-se dizer que a construção do feminino se faz nas instâncias do social, passando pela representação dos corpos.

A concepção de uma natureza feminina, diferenciada, imutável e responsável pelos traços que a caracterizam, percorre os séculos, e os ideais modernos de feminilidade se apresentam como reflexos naturais e automáticos das especificidades biológicas; “debita-se, em última instância, aos estrógenos e ao aparelho reprodutivo a responsabilidade por modos de sentir, pensar e agir femininos” (NOVELINO, 1998, p. 19). Isto é, que tudo que diz respeito à mulher pode e deve ser explicado pelas particularidades do seu corpo.

Badinter (2011) exemplifica que antes dos anos de 1970, a criança era uma consequência “natural” do casamento. A reprodução era ao mesmo tempo um instinto, um dever religioso e uma dívida a mais para com a sobrevivência da espécie. Contudo, desde que a grande maioria das mulheres passou a utilizar contraceptivo, a ambivalência materna aparece mais claramente, e o desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal, assim: “(...) algumas os querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca os quiseram. Já que existe escolha, existe diversidade de opiniões, e não é mais possível falar de instinto, ou de desejo universal” (p. 17-18), a autora explana:

A futura mãe fantasia apenas o amor e a felicidade. Ela ignora a outra face da maternidade feita de esgotamento, de frustração, de solidão, e até mesmo de alienação, com seu cortejo de culpa. Quando lemos os recentes testemunhos de mães, avaliamos o quanto elas estão pouco preparadas para essa conturbação. Não me preveniram — dizem elas — das dificuldades da aventura (BADINTER, 2011, p. 19).

O depoimento de muitas mulheres mostra que, para grande parte delas, a experiência de matinar foi vivenciada de modos distintos, trazendo consigo, ao invés de uma felicidade indescritível, sentimentos como angústia e desespero.

A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda

exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência. (BADINTER, 1985, p. 15).

Entretanto, o amor materno não está registrado no interior feminino, não é algo determinado que já nasce com a mulher, mas que se constrói e vai se constituindo em cada época como produto da evolução social, pois “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina” (BADINTER, 1985, p. 22).

Badinter (2011) ressalta o advento de uma diversidade de modos de vida para as mulheres. Assim, é possível dar lugar a outras ambições pessoais, optar por uma vida de casal sem filhos ou até mesmo atender o desejo pela maternidade e, simultaneamente, realizar-se em alguma atividade profissional. O destino de cada mulher não mais se limita à maternidade, uma vez que existem outras vias possíveis e desejáveis para elas. O destino pode ser escrito, de distintas formas, por cada uma. Dessa forma, é importante sinalizar que ao atribuir às mulheres o papel exclusivo da maternidade, ocorre o que já se vem sinalizando sobre as desigualdades de sua função reduzida a uma só condição da maternidade.

Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 367).

Em outra afirmação a autora expõe que “em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só possa se realizar na maternidade? Como saber se o desejo legítimo da maternidade não é um desejo em parte alienado, uma resposta às coerções sociais?” (BADINTER, 1985, p. 354).

Como bem exemplifica Kehl (2008, p. 58) “Rousseau transformou-se no grande propagandista das virtudes do amor materno com a publicação do seu *Émile*, em 1762”. Nele, Sofia, que deve se tornar esposa de Emílio, é o paradigma ideal de feminilidade baseado na dedicação, na doçura, na submissão. Sendo assim, de acordo com a autora, para Rousseau é fundamental que as mulheres sejam educadas na vergonha e no pudor, em nome do equilíbrio das relações conjugais, e sejam domesticadas para que a ordem social e familiar não se destrua. Vieira e Moreira (2020) argumentam que a partir de Rousseau, criou-se um ideal de

feminilidade, o qual ainda serve como referencial identificatório para mulheres na contemporaneidade.

Contudo, pode-se dizer que ainda está presente no imaginário social a representação de que seria por conta do sexo anatômico da mulher “que ela estaria destinada a determinadas funções, como a maternidade e o cuidado com o lar, e, também, a determinadas condutas, como a docilidade, o recato e a submissão ao desejo masculino” (VIEIRA & MOREIRA, p. 19, 2020).

Badinter (1985) entende a maternidade como uma construção enraizada simbolicamente, variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos, de modo que à relação mãe-criança e ao amor materno nem sempre foi o mesmo, e as variações que as concepções e atitudes relacionadas à maternagem apresentam, são produzidas por uma série de discursos e práticas sociais. Desse modo, o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais. As diferentes maneiras de expressar o amor variam.

Os significados da maternidade associados ao amor e ao cuidado passaram a afirmar referenciais de valores considerados ideais. Discursos culturais, durante séculos, recrutaram mulheres a se identificarem com eles, tornando-os como verdades e constituindo suas identidades femininas. Elisabeth Badinter (1985), afirma que o instinto materno é um mito, não havendo uma conduta materna universal e primordial. Pode-se dizer que o amor materno é produto de nossa sociedade.

Como afirma Aguiar et al. (2011) a vivência da maternidade é vista como algo naturalizado que se dá de acordo com um instinto pré-programado, iniciando com a concepção e finalizando com a feliz experiência de interação do par mãe/ bebê. Esta experiência está longe de ser algo da ordem natural. Percebe-se que a experiência de ser mãe não é reproduzível, não segue parâmetros instintivos, nem sempre acontece de forma alegre, nem sempre acontece de forma sofrida, nem sempre ela acontece.

No entanto, a maternidade não era, como se costuma a pensar hoje e desde o século XIX, um valor supremo; os filhos não tinham para suas mães o valor narcísico, como se a supervalorização da criança fizesse parte da natureza das relações da fêmea humana com sua cria. Em muitos casos, logo que nasciam, os bebês eram abandonados aos cuidados de amas-de-leite pagas, em geral miseráveis, que dividiam o tempo entre seus próprios filhos e os das contratantes (KEHL, 2008, p. 71).

Desse modo, segundo Kehl (2008), embora o sustento material da família ainda dependesse, tradicionalmente, dos homens, o destino das mulheres estava muito mais

intensamente ligado ao dever para com os filhos (para com a continuidade da espécie), do que o deles. Em nome deste dever, elas foram censuradas por quererem limitar o número de filhos, por não desejarem se casar, por terem vida social ou profissional e mesmo por estudar. Um certo estudo era permitido às mulheres setecentistas, mas a erudição era imperdoável.

A idealização em torno da maternidade como se fosse um pacote de felicidade, e de que a mulher, por ser mãe suporta todas as demandas que lhe são direcionadas, ainda é compartilhada. De forma geral, existem suas especificidades em si, mas nos meios sociais, midiáticos há o discurso da maternidade como se esta fosse o fim de ser reconhecida como uma mulher, mesmo em um cenário onde a mulher vem galgando espaços, ampliando a maneira como pode ser vista, uma vez que tem a possibilidade de transitar por outras funções além da maternidade.

Costa (2018) assinala que a feminilidade diante da maternidade sempre foi uma interrogação comum. Isto é, geralmente não se costuma separar a diferença da mulher e mãe, ainda que ambas possam andar de mãos dadas ou em constante conflito. A mídia, e a quantidade de conteúdos tem gerado um ideal materno e tem invadido o imaginário das mulheres.

De acordo com Patias e Buaes (2012), a concepção de maternidade vem sendo questionada na contemporaneidade, por meio do posicionamento das mulheres que optam por não cumprir uma das normas sociais mais fortemente ligadas à constituição feminina. Segundo as autoras, a opção das mulheres por não ter filhos é um fenômeno crescente nas sociedades ocidentais. Contudo, cabe destacar que essa realidade não é vivida de forma universal por todas as mulheres. A escolha pela não-maternidade tem relação direta com o contexto histórico, econômico, social e cultural em que a mulher está inserida.

É importante trazer que o conceito de maternidade, segundo Dias e Lopes (2003) perpassa a imagem da criança ao longo dos séculos. No século XVIII, inicia um período que levou as mulheres a buscar novos espaços na sociedade. Os filhos poderiam representar uma ameaça à sua liberdade, mas é também nesse período que os filhos passam a ter um lugar privilegiado na família. A mãe passa a ocupar um outro lugar na família, relativizando o poder paterno.

Surgiu, então, a ideia do amor-amizade como base nas relações entre os casais; a mulher “transformou-se” numa pessoa doce e sensata, de quem se esperava deveres e indulgência. A nova mãe amamentava seu filho por seu próprio prazer, tendo como recompensa uma infinita ternura. A mãe passou a ter, então, cada vez mais responsabilidade

pela felicidade e infelicidade dos filhos. Nessa concepção de maternidade, o amor de mãe estaria na origem da criação do ninho afetivo (BADINTER, 1985, p. 127).

Lemos e Kind (2017) apresentam que a construção da subjetivação materna é acompanhada do imperativo da locução verbal “ter que”, com diferentes complementos: ter que engravidar, ter que amamentar, ter que brincar com os filhos, ter que ser ao mesmo tempo mulher, mãe, profissional e dona de casa. Estas cobranças são atribuições que decorrem da mulher em seu universo feminino.

Scavone (2001) pontua que a maternidade, em um primeiro momento, foi reconhecida como um defeito natural. Logo, recusá-la seria o caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma maior liberdade, e pudessem ampliar suas potencialidades. A maternidade, segundo a autora, na perspectiva do gênero, possibilitou abordá-la tanto como um “símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo” (p. 142).

Seguindo no pensamento que a autora aponta, um dos aspectos importantes e evidentes da transformação da maternidade foi o rompimento com o seu determinismo biológico. Isto é, houve um rompimento que levou a separação definitiva da sexualidade com a reprodução, “seja pela contracepção medicalizada, seja pela reprodução artificial, e desconstruiu a equação mulher=mãe, construindo uma outra equação mais complexa, onde entram em cena também a classe médica e as novas tecnologias” (SCAVONE, 2001, p. 146).

Grisci (1995) explica que as mulheres se apresentam condicionadas a esse papel desde a infância, mas não somente nela. Todo seu desenvolvimento é norteado para esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe. Este modo de tornar-se mulher-mãe, enquanto processo, surge relegado ao esquecimento em suas vidas adultas, prevalecendo apenas o conteúdo que ele transmite de que ser mãe é uma condição natural. Essa é uma possibilidade explicativa ao fato de as mulheres atribuírem ao nascimento de seus/suas filhos/as uma causa mágica, como consequência de algo não localizável, ou a crença em uma vontade eterna de serem mães, seguida da necessidade do cumprimento de um dever para com a vida que extrapola sua própria existência.

Para Albertuni e Stengel (2016) torna-se aceitável reconhecer que os novos modos de vida femininos estão consolidados como escolhas possíveis na experiência real de muitas mulheres (não de todas), e que a maternidade, nem sempre ocupa a vida feminina por inteiro ou interrompe projetos anteriores.

No entanto, como bem argumenta Kehl (2008), somos desde início e para sempre “homens” ou “mulheres” porque a cultura assim designou e os pais assim acolheram a partir da mínima diferença inscrita nos corpos, com a qual deverá constituir-se. Por conseguinte, seria a partir da travessia edípica que os sujeitos se identificam a certos ideais relativos aos gêneros: “pela identificação aos padrões e ideais considerados próprios ao gênero, os quais nos garantirão a pertinência imaginária a um subgrupo dos homens ou das mulheres” (p. 09).

É importante considerar que Freud aponta a importância de como uma criança se torna mulher. . Em seu texto “Feminilidade” (1933 [1932] /1996), Freud aborda que a masculinidade e a feminilidade é uma característica que foge da anatomia, não se reduzindo as suas ocorrências de indicações elementares quanto aos órgãos que possuem.

De acordo com sua natureza peculiar, a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher (seria esta uma tarefa difícil de cumprir), mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve. Assim, Vieira e Moreira (2020) trazem que alguns conceitos criados a partir do fundador da psicanálise serão fundamentais para a construção da teoria freudiana sobre o tornar-se mulher, como o complexo de Édipo, os processos identificatórios, a bissexualidade psíquica, a trajetória pulsional de cada sujeito, o que implica o afastamento da psicanálise de uma perspectiva naturalizadora da mulher, ou reduzida apenas ao seu biológico.

Isto posto, passamos agora ao segundo capítulo a fim de abordar sobre o complexo de Édipo na menina em contraposição ao complexo de Édipo no menino. Neste momento, será melhor explicado esse processo que trabalha com a dissolução e seus efeitos, no lado da menina e do menino.

4 O COMPLEXO DE ÉDIPO NA MENINA E NO MENINO

O Complexo de Édipo possui como base o mito de Édipo Rei, de Sófocles. No mito, Édipo, sem saber que Jocasta é sua mãe, mata o seu pai e se casa com ela. Quando a verdade familiar é descoberta, Édipo cega a si mesmo e Jocasta se suicida. Freud utiliza o mito como analogia para os desejos de amor e ódio voltados para os pais (COELHO & WOLLMANN, 2017).

No texto “A Dissolução do Complexo de Édipo” Freud (1924/1996), afirma que o Complexo de Édipo é uma experiência individual no desenvolvimento dos sujeitos. É por assim dizer, o fenômeno central do período sexual da criança, e que, após sua dissolução, ele sofre regressão e é seguido pelo período de latência. Essa fase é tão importante para o processo de subjetivação que a forma como a criança se introduz nela e a abandona tem diversos efeitos para o psiquismo, afirma Freud (1925/1996).

Segundo Prates (2019) o complexo de Édipo pode ser definido “como um instante central da sexualidade infantil, tratando-se do momento em que o menino se identifica com o pai e toma a mãe como objeto de amor; e, em um segundo momento, o pai é posto como o obstáculo na realização do desejo incestuoso” (PRATES, 2019, p. 65).

Para os meninos, segundo Freud (1925/1931), o Édipo é o primeiro estágio a vivenciado e ele só se extingue diante do Complexo de Castração. Já para as meninas, o Édipo é uma formação secundária e, diferentemente do que nos meninos, é por meio da castração que acontece a sua entrada.

Embora Freud tenha escrito que ninguém nasce homem ou mulher, torna-se homem ou mulher ao se atravessar o percurso edípico, “o conjunto de suas investigações sobre a sexualidade não escapa das tentativas cientificistas de estabelecer a natureza da sexualidade masculina e feminina e, a partir dela, encontra a verdadeira essência da masculinidade e da feminilidade” (KEHL, 2008, p. 09). Freud (1923/1996) afirma que, no início do desenvolvimento psicosssexual do menino, este desenvolve uma catexia objetal por sua mãe, que decorre de sua relação com o seio materno e que serve de base para a escolha de um objeto. Nesse período, há também uma relação de identificação do filho para com seu pai.

Freud (1924/1996) afirma que o motivo que leva à destruição do Complexo de Édipo não era evidente. No entanto, através de experiências analíticas, ele percebeu que este complexo pode ruir frente a acontecimentos que causam desapontamentos no que tange ao processo de subjetivação. A menina, segundo o autor, é amada por seu pai acima de tudo. Porém, chega um momento em que ela é punida por este e sua crença cai por terra. Já o

menino, que vê na figura da mãe sua propriedade, pode deparar-se com o fato de ela transferir seu amor a outro. Mas se não ocorrer tais situações:

[...] a ausência da satisfação esperada, a negação continuada do bebê desejado, devem ao final, levar o pequeno amante a voltar as costas ao seu anseio sem esperança. Assim, o complexo de Édipo se encaminharia para a destruição por sua falta de sucesso, pelos efeitos de sua impossibilidade interna. (FREUD, 1924/1972, p. 195)

Em relação à menina, Freud (1931/1996) explica que ela percorre um caminho diferente do menino. O autor teve dificuldade em compreender o desenvolvimento psíquico e sexual das meninas, porém, mostra algumas percepções acerca do universo feminino.

Nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito mais obscuro e cheio de lacunas. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um superego e um período de latência. Será que também podemos atribuir-lhe uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas essas coisas não podem ser as mesmas como são nos meninos. Aqui a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico (FREUD, 1924/1972, p. 199).

Freud (1924/1996) mostra que há, durante a fase fálica, um interesse do menino em seu órgão genital, pois ele passa a manipulá-lo constantemente (masturbação). A criança logo percebe a desaprovação dos adultos e há uma ameaça – geralmente por parte de alguma mulher – de que seu órgão será retirado pelo pai. A ameaça de castração ocorre e pode levar, posteriormente, à destruição da organização fálica da criança. No entanto, essa ameaça geralmente não faz efeito no momento da punição, ele não acredita nela. A possibilidade da castração só é realizada mais tarde, por intermédio de novas experiências.

Freud (1925/1996) mostra aqui que quando um menino pela primeira vez chega a ver a região genital de uma menina, começa por manifestar falta de interesse; não vê nada ou rejeita o que viu. Somente mais tarde, quando possuído de alguma ameaça de castração, é que a observação se torna importante para ele. Se então a relembra ou repete, ela desperta nele uma terrível tormenta de emoção e o força a acreditar na realidade da ameaça de que havia tido até então. Já a menina tem uma atitude diferente, ela viu, sabe que não tem e quer tê-lo.

Logo, quando o menino vê o órgão sexual de uma menina, nada percebe de diferente e rejeita aquilo que vê. É só mais tarde, de acordo com Freud (1924/1996), que ele dá um significado para o que viu, frente à ameaça de castração. O que provoca terríveis sentimentos no menino que o forcem a acreditar na validade da castração. Assim:

A observação que finalmente rompe sua descrença é a visão dos órgãos genitais femininos. Mais cedo ou mais tarde a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de convencer-se da ausência de um pênis numa criatura assim semelhante a ela própria, com isso, a perda de seu próprio pênis fica imaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito adiado (FREUD, 1924/1972, p. 197).

Conforme Prates (2019), a descoberta dos genitais femininos e a possibilidade de representar a perda do próprio pênis é o que ameaça, fazendo com que a castração provoque efeito. Ocorre que no menino a percepção da falta de pênis gera a angústia de castração, já na menina promove a inveja do pênis.

Segundo Freud (1924/1996), o complexo de Édipo ofereceu à criança duas possibilidades de satisfação, uma ativa e outra passiva. Ou seja, a criança poderia assumir ou se colocar no lugar do pai e se relacionar com a mãe, como o pai, ou poderia assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai. Nas palavras do autor: “A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal” (Freud, 1924/1972, p. 196).

Segundo o autor, os meninos passam a reconhecer as mulheres como castradas. O menino se vê diante da questão de preservar o seu pênis ou de prosseguir na relação objetal com sua mãe. Nesse conflito, ganha a primeira opção e o ego da criança vira as costas para o Complexo de Édipo.

As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital – afastou o perigo da sua perda – e, por outro, paralisou-o – removeu sua função. Esse processo introduz o período da latência, que agora irrompe o desenvolvimento sexual da criança (FREUD, 1924/1996, p. 198).

O complexo de castração na menina, inicia-se com a visão dos órgãos genitais masculinos, mas, ela interpreta de forma diferente daquela do menino. Ela não vivencia nenhuma ameaça de castração. “Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo.” (FREUD, 1925/1931, p. 314).

Em relação a menina, “o clitóris, comporta-se exatamente como um pênis, porém quando ela efetua uma comparação com o sexo masculino, percebe que ‘se saiu mal’ e sente isso como uma injustiça feita a ela, o que a faz sentir-se inferior” (FREUD, 1924/1972, p.

222. Por outro lado, consola-se com a expectativa de que mais tarde, quando ficar mais velha, poderá adquirir um pênis tanto quanto maior que o do menino. “Uma criança do sexo feminino, contudo, não entende sua falta de pênis como sendo um caráter sexual. Explica-a presumindo que, em alguma época anterior, possuía um órgão igualmente grande e depois perdera-o por castração” (FREUD, 1924/1996, p. 222-223).

No entanto, o complexo de Édipo na menina se constitui como muito simples, pois busca uma compensação pela falta de não o ter, ao renunciar ao pênis. Assim, “ela desliza - ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer - do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente - dar-lhe um filho” (FREUD, 1924/1972, p. 198).

No texto “Sexualidade feminina” (1931/1996), Freud mostra que é normal durante o Complexo de Édipo a criança estar ligada ternamente ao genitor do sexo oposto. Já com a menina isso não ocorre dessa maneira, pois seu primeiro objeto de amor também foi a mãe. Com isso, Freud se interroga em como a menina encontra caminho para o pai. Freud aborda dois fatos que o surpreenderam, o primeiro diz respeito a ligação intensa da menina com o pai, porém, a análise mostrava que essa ligação fora precedida por uma fase de ligação exclusiva à mãe, igualmente intensa e apaixonada. Na segunda fase, esta não acrescenta nada de novo à sua vida erótica.

De acordo com Freud (1931/1996), a dissolução do Complexo de Édipo ocorre quando a mulher “reconhece o fato de sua castração, e, com ele, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade” (FREUD, 1931/1996, p. 243). Segundo André (1998), a anatomia não suscita a mesma resposta para o menino e para a menina, na medida em que cada um refuta a diferença revelada pela anatomia do seu próprio modo. O menino duvida, reluta; mas a menina, essa não duvida, sabe que não tem o falo e quer tê-lo.

O instante de ver a diferença inaugura para o primeiro um tempo infinito de compreender ao passo que, para a segunda, parece se conjugar imediatamente com o momento de concluir. O complexo de masculinidade da menina se apóia nessa olhadela inicial e se desenvolve segundo duas vertentes, a da esperança e a da denegação: esperança de obter um dia, como recompensa, esse pênis que a faria semelhante aos homens; denegação pela qual se recusa a reconhecer sua falta e se obstina na convicção de que o tem assim mesmo, obrigando-se a se comportar como se fosse um homem. (ANDRÉ, 1998, p. 173).

Todavia, a menina não associa que a castração possa acontecer com as mulheres, e assim, acredita que lhe ocorreu um infortúnio, percebendo que todas as mulheres são castradas e até sua mãe. Assim, ela cria um ódio por sua mãe, e volta-se para seu pai com o desejo de ganhar dele um filho. “Ela abandona seu desejo de um pênis e coloca em seu lugar o

desejo de um filho; com esse fim em vista, toma o pai como objeto de amor. A mãe se torna o objeto de seu ciúme. A menina transformou-se em uma pequena mulher.” (FREUD, 1925/1996, p. 318). Para tanto, Freud (1925/1996), mostra que o Complexo de Édipo, na menina, constitui-se como uma formação secundária, a qual é introduzido pelo complexo de castração. Nos meninos, ele é destruído pelo complexo de castração.

De acordo com Freud (1931/1996), a partir das experiências sexuais infantis entre meninos e meninas, a menina descobre a existência do pênis nos meninos, dando-se conta de que não possui tal órgão, mas acreditando ser a única criança nesta situação. Frente a esta decepção, ela responsabiliza e culpa sua mãe, porém acaba aceitando este fato com certa relutância. “Ao final desta primeira fase de ligação com a mãe, emerge outro motivo mais forte para a menina se afastar dela, a censura por a mãe não lhe ter dado um pênis, isto é, de tê-la trazido ao mundo como mulher” (FREUD, 1931/1996, p. 241-242). Por outro lado, deseja tê-lo até suas expectativas se expirarem. “Uma menina pode posteriormente interpretar o fato da castração como sendo uma punição por sua atividade masturbatória, e atribuirá a efetivação dessa punição ao pai; nenhuma dessas idéias, porém, pode ter sido primária.” (p. 240-241).

Em relação à menina, Freud (1931/1996) explica que ela percorre um caminho diferente do percorrido pelo menino.

Nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito mais obscuro e cheio de lacunas. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um superego e um período de latência. Será que também podemos atribuir-lhe uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas essas coisas não podem ser as mesmas como são nos meninos. Aqui a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico (FREUD, 1924/1996, p. 199).

Freud (1925/1931) afirma que as meninas são inseridas no Complexo de Édipo mais tardiamente que os meninos e que, por esse motivo, o período é considerado uma formação secundária no desenvolvimento delas. Nos meninos, o Édipo é dissolvido pela castração; já para as meninas ocorre o contrário, pois é através da castração que elas são inseridas no Complexo de Édipo.

Freud (1925/1996) se interroga um pouco mais sobre a importância da “pré-história” do Édipo nas meninas, ao constatar que a força primitiva do amor pela mãe nunca é toda transferida para o pai. Acrescenta também, ao seu sempre “incompleto” conhecimento dos avatares da feminilidade, a idéia de que, se a descoberta da castração produz no menino uma

ignorância ativamente mantida a respeito do sexo das mulheres, nas meninas produz fascínio e inveja pelo órgão sexual masculino.

A menina aceita sua castração como um fato real, enquanto o menino, mediante a visão dessa falta nas mulheres, tem medo da possibilidade de perder seu órgão. Assim, segundo Rocha (2002), quando a menina descobre que a “mãe fálica” é, na verdade, como toda e qualquer mulher, um ser biologicamente castrado, a menina assume uma atitude ambivalente em relação à castração, porquanto, de um lado, não pode deixar de reconhecê-la e, de outro, revolta-se contra ela.

Inteiramente diferentes são os efeitos do complexo de castração na mulher. Ela reconhece o fato de sua castração, e, com ele, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade. Dessa atitude, dividida, abrem-se três linhas de desenvolvimento. A primeira leva a uma revulsão geral à sexualidade. A menina, assustada pela comparação com os meninos, cresce insatisfeita com seu clitóris, abandona sua atividade fálica e, com ela, sua sexualidade em geral, bem como boa parte de sua masculinidade em outros campos. A segunda linha a leva a se aferrar com desafiadora auto-afirmatividade à sua masculinidade ameaçada. Até uma idade incrivelmente tardia, aferra-se à esperança de conseguir um pênis em alguma ocasião. Essa esperança se torna o objetivo de sua vida e a fantasia de ser um homem, apesar de tudo, frequentemente persiste como fator formativo por longos períodos. Esse ‘complexo de masculinidade’ nas mulheres pode também resultar numa escolha de objeto homossexual manifesta. Só se seu desenvolvimento seguir o terceiro caminho, muito indireto, ela atingirá a atitude feminina normal final, em que toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a forma feminina do complexo de Édipo (FREUD, 1931/1996, p. 243-244).

Como comenta Rocha (2002, p. 141), “a mulher, mesmo quando consegue a ‘configuração final normal’ de sua sexualidade, ainda tem que se debater com o complexo de Édipo, pois o Édipo feminino não conhece uma saída, nem uma resolução, como o masculino”. Ele é o resultado final de um desenvolvimento bastante demorado; ele não é destruído pela influência da castração, mas é, por ela, criado, e escapa das fortes e hostis influências que, no homem, agem sobre ele de modo destruidor e, frequentemente, não é, de modo algum, superado pela mulher.

Rocha (2002) argumenta em sua perspectiva que o discurso freudiano sobre o destino do tornar-se mulher é ambíguo, e a causa da ambigüidade é, novamente, o fato de Freud não ter dado à castração simbólica um lugar de destaque na sua abordagem psicanalítica do Édipo.

Quando, pela segunda vez, a menina se desilude de suas ambições fálicas, vale dizer, quando desiste de querer receber do pai o pênis, ou um filho, como equivalente simbólico do pênis – ela, de modo semelhante ao menino na saída do Édipo – está em condições de poder elaborar simbolicamente o verdadeiro sentido de sua castração, de poder assumi-la (e não de a

ela apenas se submeter), e de se confrontar com o desafio de tornar-se mulher (ROCHA, 2002, p. 141).

Contudo, a castração, segundo Rocha (2002), para ela, não é só castigo, é, sobretudo, promessa. Porém, ela só consegue quando descobre, numa figura feminina, seja da mãe, seja de alguém que a represente, um ideal de ego, com o qual lhe seja possível identificar-se. O desafio de se tornar um sujeito e, da posição de sujeito, assumir seus desejos, dizer sim à vida e construir o futuro, não é só do homem, ele é também da mulher. O ser humano (homem ou mulher) não nasce feito. A vida não lhe é dada feita, mas é dada como uma tarefa a ser feita, tarefa esta que nunca termina de ser realizada.

De acordo com Quinet (2015), para a menina, a visão do pênis do amiguinho faz com que repare a falta em seu próprio corpo (ferida narcísica). De agora em diante, o falo imaginário, objeto ameaçado de perda para um, e objeto de inveja para o outro, é inscrito na subjetividade, para ambos os sexos, como faltante. “No entanto, mesmo após o reconhecimento da falta do pênis na menina, o menino acredita que sua mãe o conserva, que ela “deve ter retido seu pênis” (QUINET, 2015, p. 12-13). Assim, o complexo de castração se estabelece para o menino quando descobre que apenas as mulheres têm a possibilidade de dar à luz aos bebês e que a mãe não tem pênis.

Para Freud (1925/1976, p. 281), o desejo de obter um pênis, e assim tornar-se igual a um homem, para a menina, pode persistir até uma idade avançada e transformar-se em motivo para ações inexplicáveis. o que pode colocar dificuldades no desenvolvimento da feminilidade. Pode ocorrer de a menina não aceitar que é castrada e acreditar que possui um pênis. Sendo assim, reconhecer a distinção anatômica que há entre os sexos, faz com que a menina se afaste da masculinidade e busque novos caminhos para a feminilidade.

A entrada da menina no Édipo, como bem explicita Zalcberg (2003), ficaria sujeita a todo tipo de complicação, pois sua relação com a mãe podia deixar sequelas e disposição para manifestações patológicas. Isto pode ser abordado pelo caminho que a menina traça em sua primeira relação que é com a mãe, e assim, se não fosse, seu caminho em direção a feminilidade estaria aberto sem tantas impossibilidades, mesmo que a mulher tenha capacidade para desenvolvê-la.

O trabalho desse afastamento consiste em restabelecer um movimento de passar pelo ódio e pela raiva com relação à mãe, para que a filha se volte para o pai e para o homem. Só que esse movimento nem sempre ocorre, e pode se tornar impossível reelaborar a sua relação para com a mãe (ZALCBERG, 2003, p. 53). Nesse sentido, a autora mostra a questão do quanto é difícil para a menina separar-se de sua mãe e como sua relação com a mesma pode

se dá tão demasiadamente ao ponto de impedir com que se torna mulher. Essas foram as questões básicas do desenvolvimento da feminilidade da mulher no qual, Freud legou a psicanálise.

Desse modo, Zalcberg (2003) afirma que Freud imprimiu uma nova configuração à necessidade da menina de renunciar à sexualidade ativa, visando não apenas sua volta ao pai, mas para se afastar da mãe e deixá-la. Abandonar a mãe, nesse caso, significaria a inevitabilidade da menina, além de ter a mãe como o primeiro amor, ter o pai também. Entretanto, essa passagem do objeto da menina de amor para o pai não se configura como uma tarefa fácil a se realizar, assim como nem sempre se realiza. Depende de uma série de considerações das tendências passivas da menina terem escapado da catástrofe que representava a conservação dos movimentos pulsionais ativos da menina dirigidos à mãe.

Zalcberg (2003) aponta que Freud mantém sua tese de um só órgão proeminente, isto é, a crença infantil de que a criança atribui um pênis a todos os seres, e que o menino renega ao perceber que na menina o pênis está lá, mas que ainda é pequeno e vai se desenvolver: “(...) o órgão estava lá, mas foi retirado (...) embora sua concepção da inveja do pênis na menina já implicasse o reconhecimento de uma falta e uma primeira versão de como a menina com ela se confronta” (ZALCBERG, 2003, p. 34). A partir dessa formulação o conceito de falo passando a compreender o pênis como podendo faltar toma uma de duas formas: ou a da presença (no menino) ou a da ausência (na menina). Essa é a essência da teoria da castração formulada basicamente por Freud: uma forma de se pensar o sexo feminino.

É pela falta de pênis e da inveja que isso suscita na menina que Freud procurará elaborar o complexo de castração da menina e seu conseqüente complexo de Édipo. Ele trará, no bojo dessa elaboração, novos elementos para a compreensão do processo do tornar-se mulher. Segundo Zalcberg (2003), para Freud, se no menino a angústia de castração motiva o abandono tanto da mãe quanto do pai como objetos de amor (porque em ambos os casos implicava castração), a falta da angústia da castração motiva a dificuldade da menina de elaborar seu Édipo. “Deste, ela sai lentamente ou nunca chega realmente a sair” (ZALCBERG, 2003, p. 36).

André (1998) pontua que o menino não vê a falta do pênis na menina, mas ele acredita que está lá. Após alterações da teoria, Freud formula que o menino até vê a falta de pênis, porém concebe essa ausência como resultado de uma castração. Logo depois, descreve que “para que o menino veja o sexo feminino como um sexo castrado é preciso que ele tenha passado antes por uma ameaça da castração que atribui ao sexo feminino” (p. 21).

O autor mostra que a descoberta da castração da mãe acarreta para o menino e a menina um desprezo do personagem materno. O desprezo da menina com relação à mãe reside em seu ressentimento pelo fato da mesma não ter o pênis e não ter dado a ela. A menina se volta, então, para o pai com a expectativa de receber aquilo que não pôde receber de sua mãe, e como exemplifica o autor “é na medida em que ela quer ter aquilo que falta a sua mãe que se torna uma mulher” (p. 24).

Zalberg (2003) mostra que Freud constatou que a feminilidade de uma filha se constitui pré-edípica e edipicamente entre pai e mãe. Sabe-se que a lógica fálica constitui a base da teoria defendida por Freud, “no qual baseia-se no fato de que o pai ocupa um lugar simbólico a partir do qual cabe-lhe regular as posições que a menina ou o menino ocuparão na família e na sociedade” (p. 14).

A premissa básica da psicanálise diz respeito à castração, que na função do pai simbólico, que institui uma separação entre mãe e criança. Porém o destino da menina e do menino da identificação viril com o pai não será o mesmo. No menino, o princípio marca sua separação com a mãe. Já a menina não resolve a questão identificatória. É interessante que a menina, dando continuação ao seu Édipo, vai continuar procurando uma identificação que se dará com sua mãe. “Com isso, o processo edípico, no caso da menina, deixa um resto na condição de separação com a mãe” (p. 14).

Para Freud (1933 [1932] /1996) a mãe é o primeiro objeto de amor no menino, permanecendo assim também durante a formação do complexo de Édipo e, em essência, por toda a vida dele. Para a menina, também, o seu primeiro objeto deve ser sua mãe (e as figuras da babá e da nutriz, que nela se fundem). Na situação edípica, porém, a menina tem seu pai como objeto amoroso e espera-se que, no curso normal do desenvolvimento, ela haverá de passar desse objeto paterno para sua escolha objetual definitiva. Com o passar do tempo, portanto, uma menina tem de mudar de zona erógena e de objeto - e um menino mantém ambos.

Zalberg (2003) mostra que a primeira via de solução da demanda edípica ao pai é a menina aceitar que sua demanda não pode ser atendida e, portanto, aceitar sua falta. Para Freud (1925/1996), esta seria a saída mais adequada para a feminilidade. O período intenso desse tipo de resolução é justamente o reconhecimento da falta expressa pela fórmula freudiana, que deixou um formidável registro na psicanálise: “No ato forma-se seu juízo e sua decisão. Viu isso, sabe que não tem e quer tê-lo” (p. 318).

Para Zalberg (2003) a segunda saída do complexo de Édipo feminino seria que a menina manteria a masculinidade que tanto almeja, na esperança de ter o pênis equiparando-

se ao homem. Já terceira via de saída da mulher seria por meio de uma renegação feminina. Ou seja, não aceita a sua castração e se conforma como se tivesse um pênis.

O vínculo pré-edípico que se estabelece entre mãe e filha é a grande descoberta de Freud em seus estudos sobre a sexualidade feminina, onde passa a considerar que a intensidade da ligação da filha ao pai decorre um vínculo com a mãe igualmente intenso, do qual herdaria sua força. A ligação à mãe, além de sua intensidade, “teve sua duração subestimada por Freud durante muito tempo, mas então ele percebe que algumas mulheres poderiam simplesmente não sair desse vínculo em direção aos homens” (SCHECHTER & PERELSON, 2017, p.407).

Schechter e Perelson (2017) comentam que a queixa da filha de não ter sido suficientemente amamentada, os ciúmes pelo nascimento de um bebê rival, a frustração pela proibição da masturbação e a inveja do pênis, são fatores relacionados ao afastamento da filha à mãe, porém ele não consegue chegar a uma conclusão sobre o elemento que ocorreria essa separação entre mãe e filha, que permanece como um enigma para ele.

Bonfim & Vidal (2009) pontuam que a mãe é o primeiro objeto de amor da criança, sendo investida pelo desejo tanto da menina quanto do menino. Isso porque a mãe é geralmente quem desperta na criança suas primeiras sensações prazerosas através dos cuidados oferecidos ao bebê. Nesse período, o pai é apenas um rival incômodo.

No entanto, André (1998) enfatiza que o amor primordial pela mãe está longe de ser apagado pela eleição do pai pela menina, já que basta uma decepção na esperança em relação ao amor paterno para que o amor mais antigo volte à tona, mesmo existindo toda a carga de hostilidade dirigida pela menina à mãe.

O complexo de Édipo positivo é trazido por Freud (1923/1996) como o complexo de Édipo esperado, na qual a criança do sexo masculino, que tem a mãe como objeto de desejo sexual, abandona-o e passa a ter maior identificação com o pai, surgindo assim o caráter da masculinidade na criança. O complexo de Édipo negativo seria o que acontece com as meninas, pois, como foi trazido por Freud (1931/1996), a menina inicia a fase do complexo de Édipo com a mãe como objeto de desejo. Após, este desejo é (re)catexizado para a figura paterna que manterá uma situação triangular.

Quando o menino se dá conta da falta do pênis na menina, ele rejeita o fato da menina não possuir o pênis e cria em seu imaginário a ideia de que ainda pode crescer. Os meninos “encobrem a contradição entre a observação e preconcepção dizendo-se que o pênis ainda é pequeno e ficará maior com o tempo” (FREUD, 1923/1996, p. 161). Gradualmente, os

meninos percebem que não crescerá o pênis, chegando à conclusão de que “o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois” (FREUD, 1923/1996, p. 161).

5 FEMINILIDADE E MATERNIDADE

Ao longo de sua vida, Freud, na medida em que desenvolvia, baseado na observação clínica, sua teoria sobre a feminilidade e a sexualidade feminina, não reformulou sobretudo sua concepção sobre o que deveria ser uma mulher. Foi ele quem despertou para o fato de que não existe alguém que seja, desde a origem, homem ou mulher. Logo, “na teoria freudiana se todo homem fica devendo alguma coisa ao falo que, espera-se, seja capaz de sustentar, também não existe mulher para quem a “condição feminina” não signifique uma derrota de outras pretensões” (KEHL, 2008, p. 183).

De acordo com Zalcberg (2003), a psicanálise foi concebida do ventre da histérica, pois possibilitou a abertura para um novo olhar sobre a feminilidade. Freud, ao buscar desvendar o sintoma da histérica por meio da cura pela palavra, percebe que existem conteúdos que não podem ser expressados pela palavra e que ainda permaneciam inconscientes. Desse modo, pode-se dizer, que a verdade da mulher não poder ser toda descoberta, permanece desconhecida. Assim, Freud, deu-se conta de que “não só que o sintoma tinha um sentido, mas que este trazia satisfação” (ZALCBERG, 2003, p. 19-20). Logo, “a histeria possibilitou não apenas a existência de uma clínica freudiana como também o nascimento de um novo olhar sobre a feminilidade” (ZALCBERG, 2003, p. 15).

Ao longo de seu percurso, Freud propôs uma teoria da sexualidade que desvinculou o processo de sexuação de homens e mulheres da anatomia e da biologia e, portanto, de uma perspectiva naturalista e essencialista, tratando-o como um processo de elaboração psíquica. Ou seja, seria a elaboração do complexo de castração que possibilitaria a constituição de uma identidade masculina ou feminina (NUNES, 2011).

No texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”, Freud (1925/1996) já se queixava da obscuridade que diz respeito à vida sexual das mulheres. Diz: “a vida sexual das mulheres, ainda se encontra mergulhada em impenetrável obscuridade” (FREUD, 1925/1996, p. 145).

Contudo, por meio do discurso social que se fundamenta na diferença anatômica, à menina desde pequena já é atribuída uma identidade sexual, como nos exemplos: “quando você for uma mulher”, não sabendo o que a espera. E na puberdade “agora você é uma mulher”, e com isso não sabendo o que a constitui como mulher. Como só menino recebe do pai uma identificação fálica, à saída do Édipo, só a mulher vai precisar voltar ao corpo da mãe para encontrar um sentido ao ser mulher. “Como a mãe não pode oferecer à sua filha um

significante de identidade especificamente feminino, como o pai dá ao filho, cabe-lhe tomar outras vias para assegurá-la de uma identidade feminina” (ZALCBERG, 2003, p. 213).

No texto, “Sexualidade feminina”, Freud (1931/1996) mostra que é normal durante o complexo de Édipo a criança estar ligada ternamente ao genitor do sexo oposto. No menino, a mãe é seu primeiro objeto de amor. Com a menina isso não ocorre dessa maneira, pois seu primeiro objeto de amor também foi a mãe. Com isso, Freud se interroga em como a menina encontra caminho para o pai. Freud aborda dois fatos que o surpreenderam. O primeiro diz respeito a ligação intensa da menina com o pai, porém, a análise mostrava que essa ligação ocorreu por uma fase de ligação exclusiva à mãe, igualmente intensa e apaixonada.

Conforme comenta Zalcberg (2003) a identificação do feminino com a passividade é a primeira visão de Freud de complexo de Édipo na menina, isto é, caso a menina renuncie e se coloque em uma posição passiva diante do pai (e do homem), poderia assim assumir seu destino de mulher que estaria atrelada a esta condição.

Na segunda, esta não acrescenta nada de novo à sua vida erótica. Sendo assim, Freud levanta a possibilidade de que um grande número de mulheres pudesse estar ligadas à mãe, e por isso, não conseguirem alcançar uma mudança em direção aos homens. “Assim sendo, a fase pré-ediapiana nas mulheres obtém uma importância que até agora não lhe havíamos atribuído” (FREUD, 1931/1996, p. 138). Freud atribui valor a essa fase que diz respeito à ligação da menina com a mãe.

Todavia, no desenvolvimento feminino, há um processo de transição de uma fase para a outra, do qual nada existe de semelhante no homem. Uma outra complicação origina-se do fato de o clitóris, com seu caráter viril, continuar a funcionar na vida sexual feminina posterior, de maneira muito variável e que certamente ainda não é satisfatoriamente entendida (FREUD, 1931/1996).

Somente quando a menina recalca a sexualidade clitoriana masculina é que existe, para ela, pode-se dizer, a possibilidade de se tornar uma mulher. “A mulher reconhece o fato de sua castração e, com isso também, a superioridade do homem e sua própria inferioridade, e se revolta contra essa situação desagradável” (FREUD, 1931/1996, p. 279).

Porém, Prates (2019) deduz que, a partir dos efeitos do complexo de castração na mulher, o que faz com ela atinja a feminilidade a partir de um deslocamento da suposição fálica da mãe para o pai, e do pênis para o bebê. Prates (2019) comenta que a complexidade da feminilidade se funda no desafio da mulher de lidar com o falicismo, para se afastar da passividade perante a mãe, e posteriormente, de uma passividade feminina que a libere do “complexo de masculinidade”. Para a autora essa passagem é totalmente paradoxal, o que faz

Freud elaborar as três saídas que dizem respeito à resolução do problema (PRATES, 2019, p. 73).

A menina, assustada pela comparação com os meninos, cresce insatisfeita com seu clitóris, abandona sua atividade fálica e, com ela, sua sexualidade em geral, bem como boa parte de sua masculinidade em outros campos. O segundo exemplo que Freud descreve sobre a menina a leva a insistir com sua masculinidade ameaçada. Até uma idade depois, perde a esperança de conseguir um pênis em alguma ocasião. Essa esperança se torna o objetivo de sua vida e a fantasia de ser um homem. Esse ‘complexo de masculinidade’ nas mulheres pode também resultar em uma escolha de objeto homossexual. Só se seu desenvolvimento seguir o terceiro caminho, ela atingirá a atitude feminina normal final, em que toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a forma feminina do complexo de Édipo (FREUD, 1931/1996).

No que concerne aos objetivos sexuais da menina em relação à mãe são tanto ativos quanto passivos e determinados pelas fases libidinais através das quais a criança passa. Freud (1931/1996) acredita que o fato da menina ter preferência por bonecas, é como um sinal de sua feminilidade despertada, que prova sua ligação com a mãe original.

Para Freud (1933 [1932] /1996), no texto “Feminilidade”, a masculinidade e a feminilidade é uma característica que foge da anatomia, não se reduzindo as suas ocorrências de indicações básicas quanto aos órgãos que possuem. Para a psicanálise seria uma tarefa difícil definir o que é uma mulher, “(...) mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual” (FREUD, 1933 [1932] /1996, p. 144).

Sabe-se que o clitóris é a principal zona erógena das meninas, na fase fálica. Portanto, com a transição da mudança para a feminilidade, o clitóris deve mudar sua importância para a vagina, de forma parcial ou total. Desse modo, Freud, considerando o desenvolver da menina do pai para seu objeto, questiona como ocorre esse processo. Ou seja, como a menina passa de sua afinidade com a sua mãe para o pai? (FREUD, 1933 [1932] /1996. Freud complementa: “O desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. (FREUD, 1933/1976, p. 124).

Soler (2005) comenta que Freud distingue três evoluções possíveis sobre o que é uma mulher, e o que a leva à feminilidade, por meio da inveja do pênis. O que corresponde dizer que nem todas as mulheres são mulheres, “quando se diz que “nem todas são mulheres”, faz-se uma referência implícita a uma essência da feminilidade que escapa tanto à anatomia

quanto ao registro civil, e cuja proveniência podemos questionar” (p. 26). A definição freudiana do que é uma mulher diz respeito ao fato de que “a feminilidade da mulher deriva de seu “ser castrada”: mulher é aquela cuja falta fálica a incita a se voltar para o amor de um homem” (SOLER, 2005, p. 30). Isto é “a menina torna-se mulher quando espera o falo — ou seja, o pênis simbolizado — daquele que o tem” (SOLER, 2005, p. 30).

No entanto, essa passagem do objeto da menina de amor para o pai, não se configura como uma tarefa fácil a se realizar, assim como nem sempre se realiza. Pois depende de uma série de considerações das tendências passivas da menina terem escapado da catástrofe que representava a conservação dos movimentos pulsionais ativos da menina dirigidos à mãe. (ZALCBERG, 2003, p. 31).

Entretanto, a condição feminina só marca se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, “(...) isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica. (...) Sua felicidade e desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; e se o bebê é um menininho que traz consigo o pênis tão profundamente desejado” (FREUD, 1933 [1932] / 1996, p. 87). No entanto, o autor, marca por identificar que o desejo da menina de ter um pênis fica visível na feminilidade, e além disso, de que esse desejo do pênis, seja uma marca de um desejo feminino: “a feminilidade da mulher deriva de 'ser castrada': mulher é aquela cuja falta fálica a incita a se voltar para o amor de um homem” (SOLER, 2005, p. 26). Freud reduz o desejo da mulher ao desejo do falo.

Quinet (2015, p. 13) descreve a comparação de Freud sobre o que seria mulher, o que constitui em sua perspectiva ser mãe. “Freud faz, portanto, equivaler a posição feminina à posição de mãe. E conclui que o desejo do pênis seria, “por excellence, um desejo feminino”. Assim, Freud deixa a saída do complexo de Édipo num impasse, em que ser mulher e ser mãe se confundem”.

Freud (1933 [1932] /1996) frisa a importância da inveja do pênis, pois seria a marca de que a menina é castrada e que mostra algo decisivo em seu crescimento. Porém, o desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. Assim:

Sua felicidade é grande se, depois disso, esse desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; e muito especialmente assim se dá, se o bebê é um menininho que traz consigo o pênis tão profundamente desejado. Com muita frequência, em seu quadro combinado de ‘um bebê de seu pai’, a ênfase é colocada no bebê, e o pai fica em segundo plano. Assim, o antigo desejo masculino de posse de um pênis ainda está ligeiramente visível na feminilidade alcançada desse modo. Talvez devêssemos identificar esse desejo do pênis como sendo, par excellence, um desejo feminino (FREUD, 1933 [1932] /1996, p. 87).

Zalcborg (2003) mostra que a equação simbólica da inveja de pênis pode ser representada pelo — pênis-bebê-homem —. “Ao permitir seu desejo deslizar pela equação simbólica, a menina passaria da inveja de pênis para o desejo de pênis e, concomitantemente, para o desejo de um homem” (p. 38). Com essa formulação do deslizamento do desejo da mulher pela equação simbólica, Freud introduz um processo complexo de substituições e de transformações do desejo da mulher. Para Freud é do lado do pai que o falo imaginário passa a ser estabelecido na relação mantida pela criança com sua mãe, o que dá respaldo ao seu fundamento simbólico. “Através das trocas simbólicas, a menina marcada de uma suposta falta que a ausência de pênis apenas representa entra na relação ordenada e simbolizada da diferenciação dos sexos, na qual e pela qual assume seu valor e seu lugar” (ZALCBORG, 2003, p. 38).

Zalcborg (2003) também comenta que a primeira via de solução da demanda edípica ao pai é a menina aceitar que sua demanda não pode ser atendida e, portanto, aceitar sua falta. Essa seria a maneira de saída para a feminilidade, na perspectiva freudiana. A segunda saída do complexo de Édipo feminino seria que a menina manteria a masculinidade que tanto almeja, na esperança de ter o pênis equiparando-se ao homem. Já a terceira via de saída da mulher seria por meio de uma renegação feminina. Ou seja, não aceita a sua castração e se conforma como se tivesse um pênis.

Zalcborg (2007) pontua com relação ao pai que o fato de o mesmo parecer ocupar o lugar principal na dimensão amorosa da menina desde o início da vida revela-se, na realidade, herdeiro de uma transferência de amor que originalmente havia sido endereçado exclusivamente para a mãe. É o medo da castração supostamente a ser impetrado pelo pai que faz o menino renunciar ao amor devotado à mãe e, dessa forma, solucionar seu Édipo. “Não é o mesmo o que ocorre na menina. Não é a ameaça de castração que leva a menina a resolver seu Édipo, castrada (imaginariamente) ela já é” (ZALCBORG, 2007, p. 21).

Além disso, Soler (2005) mostra que Freud não apenas destina a mulher a ser mãe de seu filho, como vai mais longe, e também pretende que ela seja mãe do marido. Isto é, o fato de que a criança, especialmente o filho varão, assim como o marido-filho, tem por função satisfazer, como que por procuração, a aspiração ao ter fálico, a considerar que “Freud redobra sua redução da feminilidade ao falicismo da mãe” (p. 200). No entanto, a autora considera a solução através do marido-filho como introduzida na condição da estabilidade do casamento. Por essa razão, ela é relativizada, “pois liga a suposta norma da evolução feminina, o tornar-se mãe, à única saída socialmente aceitável que a sociedade vitoriana oferecia às mulheres” (SOLER, 2005, p. 201).

A mulher, mais do que um substituto do pênis que não possui, busca um substituto fálico para a falta de um significante especificamente feminino, na medida em que o inconsciente só reconhece o significante masculino, que é o falo. Essa diferença da forma pela qual o falo se inscreve na vida dos seres humanos de acordo com os sexos repercute na maneira pela qual a mãe se relaciona com a criança. “Na relação da mãe com a criança há sempre esse terceiro termo que a criança representa de alguma forma para ela: o falo.” (ZALCBERG, 2003, p. 29).

Porém, como aponta Zalcborg (2003), a identificação da menina com a sua feminilidade só haverá em condições se a mãe constituir para si uma identificação feminina. Se a mãe não estiver em conciliação com seu corpo, pode ocorrer de esta não oferecer à filha artifício ou caminho para criar a sua própria feminilidade.

A filha depende do investimento da mãe da sua imagem enquanto menina. A aceitação e o reconhecimento — o amor — do corpo da sua filha por parte da mãe é o caminho para que esta tenha um corpo feminino que possa amar. Graças a esse apoio que a mãe lhe oferece, a filha encontra o caminho para começar um processo que a ajudará a suportar a falta de uma identificação feminina: uma que nunca poderá ser realmente preenchida, mas que permanece em eterna construção (ZALCBERG, 2003, p. 204).

Kehl (2008) nos mostra que Freud sustenta que o desligamento da relação entre a menina e sua mãe é fundamental não só para que aquela se tome mulher, mas para que se torne sujeito, conquistando independência em relação àquela que lhe deu a vida e com a qual é impossível seguir misturada. Assim, “ele interpreta a independência precoce das meninas como motivada pelo terror de se fundirem à mãe, que se expressa em fantasias de serem mortas, devoradas etc., por ela” (KEHL, 2008, p. 206).

Se por um lado a maternidade deveria realizar a pretensão edípica de finalmente obter um falo, por outro lado nada mais era solicitado à mulher que se tornava mãe, além de cuidado e dedicação a seus filhos. Maternidade e casamento significariam uma espécie de ponto de chegada para a mulher, a partir do qual nada mais era esperado dela, nem no plano erótico nem no sublime; no erótico, é como se a feminilidade não tivesse qualquer outra função depois de ter cumprido seu único objetivo, a conquista de um homem que lhe desse um filho. Não que a mulher que se tornava mãe devesse deixar de ser feminina, sedutora, sensual etc. A deserotização da esposa/ mãe pode ter sido uma imposição da moral vitoriana; mas para Freud parecia uma consequência inelutável do percurso de subjetivação feminino, já que em sua teoria todos os interesses libidinais das mulheres culminariam na posse do filho (KEHL, 2008, p. 210).

Pode-se dizer que para Soler (2005) o que define a mulher não é a equação de ter ou não o pênis, e assim, substituí-lo por um bebê, mas sim para além deste. Ainda mais, para a

autora, a psicanálise mudou com o ensino de Lacan, pois, nos anos de 1970, ele formalizou seu ensino em uma lógica que não é a unária do Édipo e que implicava novos avanços quanto à feminilidade (SOLER, 2005).

Soler (2005) mostra que para Freud o amor de um homem culmina no filho esperado, como “causa de desejo” para a mulher. Só que, segundo o autor, para responder essa afirmação, é preciso levar em consideração, a saber, a dialética fálica do ter. Porém, se é possível dizer que o feminino existe, este situa-se em outro lugar. O que é interessante que o autor aborda, refere-se a questão em que o filho fálico é passível de tamponar, a condição feminina, mas, “o filho, como resto da relação sexual, realmente pode obturar em parte a falta fálica na mulher, mas não é a causa do desejo feminino que está em jogo no corpo a corpo sexual” (SOLER, 2005, p. 44).

Segundo Zalcberg (2003), em uma leitura de Lacan, a tendência homossexual considerada por Freud segue em uma linha em que a mulher procura em outra mulher uma resposta para as suas indagações sobre a sexualidade feminina, e não propriamente a uma inversão sexual.

Dora tanto fez Freud rever suas posições a respeito da transferência em jogo na análise, como o fez repensar suas teorias sobre a sexualidade feminina. Ele percebe que a questão da jovem não passava apenas pela figura paterna e de seus substitutos (Sr. K. e ele próprio), mas também da Sra. K. e, portanto, da mãe da qual era, em parte, substituta. “No entanto, ele só pôde pensar a questão de Dora em termos de uma tendência homossexual, ou melhor, em termos de perversão implicando uma inversão quanto ao objeto sexual (ZALCBERG, 2003, p. 23).

A observação da especificidade da evolução sexual da mulher aflorada em Dora faz Freud debruçar-se sobre a questão que acabará assumindo importância decisiva ao longo de sua obra: “A grande pergunta, escreve para Marie Bonaparte, “para a qual não encontro resposta apesar dos meus trinta anos de estudo da alma feminina é a seguinte: o que quer a mulher?” (ZALCBERG, 2003, p. 25).

De acordo com a autora, Freud, ao contrário, descobriu a inquietante indefinição da figura de mulher ao observar, em sua primeira revisão da teoria da sexualidade, em 1923, que o sexo feminino parece nunca ser descoberto. Logo, “cabe à menina, para tornar-se mulher, um encargo trabalhoso e... contínuo. Mais do que ser, a feminilidade é tornar-se.” (ZALCBERG, 2003, p. 27). Isto é, a feminilidade não existe de saída, mas é algo da ordem de um vir-a-ser.

A formulação de Freud sobre o que a menina é como um menino antes de se transformar em mulher, essa primeira formulação tinha como fundamento o fato de a

sexualidade da menina apresentar-se inicialmente como viril, a exprimir-se pela zona erógena diretora do clitóris, considerada homóloga da zona genital masculina da glândula. Isto é, “independentemente do sexo anatômico ao qual pertence, toda criança é sempre menino para a mãe, por constituir um substituto fálico para ela” (ZALCBERG, 2003, p. 28).

Quando se fala sobre a mãe, há um discurso que faz dela objeto fundamental de importância, como exemplo, pode-se dizer o símbolo do amor, a figura que cativa a nostalgia. E em análise, na associação livre, dependendo das variações a que mais se dirige a ela, é como acusada. “Imperiosa, possessiva, obscena ou, ao contrário, indiferente, fria e mortífera, presente demais ou ausente demais, atenta demais. (...) ela é, para o sujeito, uma imagem de suas primeiras angústias, lugar de um enigma insondável e de uma ameaça obscura” (SOLER, 2005, p. 91).

Uma indagação que a autora comenta é sobre se o “amor materno” seria inútil. Responde que não, pois certamente trata-se, como qualquer amor, ele é estruturado pela fantasia. Assim, a criança como objeto evocado pela divisão subjetiva, pode servir para a mãe como uma propriedade, uma boneca erótica com que gozar e a que fazer gozar” (SOLER, 2005, p. 93). A autora mostra que a ideia do filho desejado não deve ser nomeado de maneira simples, e que o desejo de um filho não é idêntico a uma vontade de ter filhos. Logo “as esterilidades psicogênicas o evidenciam, e os ditos dos analisandos o demonstram com frequência” (SOLER, 2005, p. 139).

Kehl (2008) mostra que diante da castração consumada, a menina volta seu amor para o pai, portador do órgão fálico, “na esperança de algum dia vir a receber dele o que a mãe foi incapaz de lhe legar: um pênis, representante do falo, ou um substituto à altura, na forma de um bebê” (p. 243). É a decepção com a masculinidade imaginária que lança a menina na posição feminina, associada à passividade sexual e ao abandono da masturbação (fálica) clitoridiana. A passividade, assim como os recursos sedutores e encobridores (da castração) que ela constrói ao identificar-se com a mãe, e que constituem a feminilidade, revelam não uma desistência e sim apenas um adiamento da posse fálica.

O que está barrado para a mulher freudiana não é uma outra possibilidade de evolução nos destinos da libido a partir das dificuldades que ela tem que enfrentar no Édipo; o que a cultura ocidental dos séculos XVIII, XIX e começo do século XX interditou às mulheres foram outras possibilidades identificatórias; a única identificação permitida para a menina, de acordo com os ideais de seu gênero, e que lhe promete alguma perspectiva de gratificação libidinal é a identificação à mãe, não enquanto mulher no sentido amplo (esta mulher ainda não existia), mas apenas na posição materna (KEHL, 2008, p. 211).

De acordo com Kehl (2008) na linha de Freud, ele diz que não cabe à psicanálise dizer o que é a mulher e sim investigar “como, da disposição bissexual infantil, surge a mulher” (KEHL, 2008, p. 208). Kehl (2008) traz que Freud retoma as observações sobre as diferenças no percurso edípico em meninas e meninos, que estão em “A dissolução do Complexo de Édipo”, e sustenta ainda que as conseqüências da renúncia fálica na menina seriam as passagens: da atividade à passividade/ da masturbação clitoridiana à vaginal/ do amor pela mãe ao amor pelo pai.

Muribeca (2010) expõe que a feminilidade anunciada por Freud em 1931 e 1933 se refere ao papel da mulher na procriação, entendendo a feminilidade como um paralelo da maternidade. Portanto, sabe-se hoje que o feminino se distingue da histeria, porque o percurso do feminino não é o percurso histérico. E a mulher do século XXI é sujeito de um desejo cuja satisfação está além da aposta freudiana no casamento e na maternidade (KEHL, 1996, apud MURIBECA, 2010).

Kehl (1998) mostra que Freud se coloca em outros momentos de sua obra no que diz respeito à psicanálise das mulheres: se o complexo de Édipo no menino sucumbe diante da angústia de castração, o que vai acontecer com a menina, cujo corpo já porta a mesma falta que a criança percebe, com horror, na mulher adulta? Isto é, “o Édipo no menino é dado por resolvido quando ele “desiste” da mãe e se identifica com o pai. Na menina, esta identificação é impossível: “Anatomia é destino”, escreve Freud parafraseando 'Napoleão Bonaparte (KEHL, 1998, p. 196). Logo, ao constatar que “seu pequeno pênis” (o clitóris) nunca há de crescer, a menina vê fracassar sua ilusão de masculinidade e com isto seu amor pela mãe, que lhe parecerá inferior ao pai e aos homens em geral, sofre um abalo irreparável.

Zalberg (2003) mostra que a figura da mãe para a menina transcorre em uma função feminina e materna, na medida que a mãe é uma mulher. O que marca a feminilidade da menina é a possibilidade de estar diante da figura da mãe e assim se constituir pela via da inventividade.

Para tanto, segundo André (1998) é necessário que se mostre que o fim da elaboração freudiana sobre a feminilidade é um impasse e, o que é mais, um duplo impasse: o do tornar-se mulher, e aquele, conseqüente, do casal onde o tornar-se mãe faz predominar a relação mãe-filho sobre a relação mulher-marido. Nas palavras do autor:

Esse termo da problemática feminina na maternidade como realização simbólica do desejo do pênis abre caminho para as especulações quase delirantes de uma Helene Deutsch, por exemplo, que fará da maternidade a realização da mulher, e do parto o modelo do gozo especificamente feminino (...) Freud não chega a formular a

especificidade da sexualidade feminina, nem a elucidar o sintoma da frigidez sexual, do qual ele mesmo destaca a frequência nas mulheres (ANDRÉ, 1998, p. 202).

Para Coelho e Wollmann (2017), ao elaborar a concepção da sexualidade feminina tendo a maternidade como único destino desejável e normal para as mulheres, Freud reforça a assimilação da feminilidade à maternidade e, com isso, descreve o caminho da feminilidade tal qual uma espécie de vocação libidinal para a maternidade.

Pombo (2018), em sua argumentação mostra a importância de ressaltar, no entanto, que a teorização freudiana sobre a diferença sexual (marcada por binarismos, hierarquia e centralidade do falo) e o desenvolvimento psíquico do homem e da mulher a partir do complexo de Édipo se mostra atravessada pelo imaginário social do século XIX, mais especificamente pelo paradigma moderno da diferença dos sexos que funda a hierarquia entre os sexos no registro biológico, legitimado pelo discurso da ciência.

Para Paul Laurent Assoun (1993):

A mulher é, pois, não apenas aquilo que a psicanálise conhece mal - aquilo que seria apenas um diletantismo e uma renúncia a conhecer, o que não é nada típico do estilo freudiano -, mas aquilo que, por existir, coloca o saber analítico numa situação de suspense (...) Entre o enigma que lhe trouxe o feminino e a questão sobre o que quer uma mulher, Freud irá se debater durante toda sua obra: Freud, escritor e por vezes poeta, aquele que fazia da mulher musa inspiradora de seu texto, e Freud, cientista, aquele que tentava produzir uma resposta, necessária ao discurso da ciência, sobre a sexualidade feminina, ousou escutar a mulher desde um outro lugar, boquiaberto, perplexo diante da impossibilidade de uma solução, mas desejoso de que ela lhe revelasse, através de sua fala, algo mais sobre si mesma. (ASSOUN, 1993, p. 9).

Assoun (1993) mostra que Freud dedicou-se incansavelmente sobre a sexualidade da mulher procurando diferenciá-la e dar a ela um estatuto radicalmente diferente do homem. Para Kehl (2008) a feminilidade não é o oposto da masculinidade. A autora acredita que ela é a masculinidade menos alguma coisa (falta do pênis), acrescida de mais algo, como a sedução, por exemplo.

A mulher freudiana, a rigor, é justamente aquela que se faz mulher apesar de já ter sido “um homenzinho”, aquela que faz cercar de atributos fálicos a marca da falta inscrita em seu corpo, sem ter que necessariamente renunciar a seu “outro” pequeno órgão sexual, que não se equipara ao pênis mas constitui sim uma sexualidade, uma falcidade, um modo de gozo. (...) O mistério da mulher, em Freud, não reside em sua alteridade absoluta e sim na sua extrema proximidade com o homem. É porque uma mulher é para um homem o seu semelhante, seu igual, seu irmão, que se constitui, em nome do “narcisismo das pequenas diferenças”, em uma espécie de cegueira a seu respeito. A única diferença fundamental entre um homem e uma mulher é que esta também é mulher (KEHL, 2008, p. 264).

Para Pereira (2010), a tese Freudiana diz respeito à questão de que a feminilidade se define pelo fato de a mulher ser castrada, isto é, a verdadeira mulher seria aquela que é movida por sua falta de falo em direção, primeiramente ao pai e posteriormente ao homem e ao filho. A concretização deste último seria a realização máxima, a felicidade suprema para uma mulher. É a definição do feminino pela maternidade. Aran (2000) mostra a ideia de Freud sobre o único destino possível para a sexualidade feminina, a inveja do pênis, tanto na sua versão “positiva”, a maternidade, como na versão negativa, a histeria e a virilização.

Conforme Ribeiro et al. (2015), como o inconsciente não reconhece a diferença entre os sexos, apenas a dicotomia fálico/castrado, as mulheres são obrigadas a forjar sua versão da feminilidade sem um suporte simbólico. Afinal, o que está em jogo é a representação que a definiria, e não a estrutura anatômica.

Kehl (2008) aponta para o adjetivo que Freud observa às mulheres, onde a feminilidade se constituiria a partir do que ela chama de “rendição”, devido a uma decepção imaginária. Diz a autora:

A árdua evolução em direção à feminilidade a que Freud se referia estaria ligada às vicissitudes do percurso edípico para a menina, obrigada a fazer duas renúncias ao invés de uma só (como o menino), e alimentar seus progressos antes na base de decepções do que de promessas. Só pela esperança remota de algum dia recuperar sua posição fálica através da geração de uma criança — que para o inconsciente, será sempre um filho do pai — é que a mulher freudiana aceita, enfim, a enigmática posição feminina. Enigmática, sim, inclusive para a mulher, na medida em que ela encare a feminilidade como uma rendição, um sacrifício oferecido como prova de amor ao pai e seus substitutos — portanto, uma posição constituída em nome do suposto desejo do Outro, cujo sentido escapa ao sujeito em sua alienação. (KEHL, 2008, p. 239).

Segundo Soler (2005) Freud descobriu que, no inconsciente, a diferença anatômica é transformada em significante e reduzida a questão do ter fálico, enquanto as pulsões parciais ignoram a diferença sexual. Soler evidencia que por mais que “A Mulher” escrita com maiúscula, é impossível identificá-la como tal, sendo possível falar de uma condição feminina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscou-se atentar para as significações construídas sobre a mulher na sociedade e a sua relação com a maternidade, a partir das contribuições de Freud. Foi possível entender como a maternidade permeou e delimitou o percurso feminino e como essas questões continuam a influenciar a vida das mulheres na medida em que, a partir dos séculos XVIII e XIX, a figura da mulher passou a ser de grande interesse e importância para a medicina, no sentido de que a mãe é uma figura privilegiada e responsável pelo cuidado dos filhos. No modelo burguês, a mulher precisava se dedicar totalmente aos cuidados ao lar e à maternidade. Até o século XVII, a figura da mulher era totalmente negativa, ligação esta estabelecida entre o feminino, o sexo e o mal, concepção herdada do cristianismo.

A construção do corpo feminino e a diferença entre os sexos foi a maneira encontrada de restabelecer, em um outro registro, a hierarquia entre homens e mulheres, onde houve novas perspectivas de ideais da feminilidade e masculinidade. Porém, com a necessidade de redefinir a postura da mulher na família, a maternidade vai aparecendo como um ideal, assim, o corpo feminino passa a ser visto com a qualidade que definiria sua vocação para a maternidade.

Nesse contexto, um motivo muito importante que instituiu esse modelo sociocultural que vinculava a mulher com a maternidade, era a questão de gênero. Portanto, havia uma suposição de que toda mulher nascera para ser mãe e, no entanto, era essa condição e posição que sustentava e garantia seu lugar como mulher no mundo.

O movimento feminista teve uma importância fundamental para a consolidação dos direitos da mulher da forma que vemos hoje. Observa-se que Simone de Beauvoir foi uma grande personalidade, que teve grande influência para o surgimento do movimento feminista e principalmente por levantar questões sociais que até então estavam silenciadas. Com relação a psicanálise, não teve uma relação aberta e de fácil compreensão. As considerações de Freud sobre a feminilidade não foram bem interpretadas e aceitas pelo movimento.

Contudo, as mulheres lutaram para sair da condição/posição de inferioridade e de objeto. Assim, passaram a ser mais reconhecidas socialmente como sujeitos e a ter a possibilidade de decidir sobre sua vida. Além disso, o espaço doméstico quanto a maternidade não é mais vista como possível para o desenvolvimento de sua feminilidade.

Considerando que o intuito do trabalho foi investigar em que medida Freud estabelece a relação entre o feminino e a maternidade, e para responder ao problema que norteou esta pesquisa, foi possível compreender por meio de seus escritos, que Freud coloca o ideal da

mulher como mãe, para assim, alcançar a feminilidade. Freud acreditava que a maternidade deveria se constituir na única fonte de prazer e felicidade feminina. Contudo, o final do complexo de Édipo para o menino e para a menina é diferente. Para a menina, as saídas podem ser três, pelo fato de serem indefinidas. Todavia, Freud tenta responder o enigma da mulher pela maternidade, já que considera que a menina torna-se mulher quando ela espera ter um falo, ou seja, tornar-se mãe seria responder a falta fálica com um filho: filho = falo. Isto é, a maternidade é apresentada na concepção freudiana como a saída para a feminilidade, assim, quando a menina descobre que sua mãe é castrada, se refugia ou liga-se ao pai, desejando um pênis daquele que o possui; depois se estabelece a situação edipiana normal, passando a desejar um filho substituto do pênis.

Ser mulher significava se conformar com uma vida dedicada a este fim. Freud inaugurou a psicanálise a partir da escuta dos sintomas das histéricas, portanto, passou a escutá-las em seus desesperos, frustrações, e assim, propõe que a histeria deixe de ser pensada como disfunção corporal, para compreender o lugar do sintoma histérico, que estaria relacionado às repressões sexuais do modelo cultural da época.

No entanto, por mais que Freud tivesse priorizado o lugar da sexualidade do sintoma histérico, ele deixou de realçar que essas mulheres estavam insatisfeitas devido ao lugar que a sociedade lhes reservava. Logo, ficou preso a concepção iluminista da diferença dos sexos, que o impossibilita de enxergar o conflito histérico como uma reivindicação. Assim, suas ideias se introduziram no ideal feminino materno, em que existiam três possibilidades ou saídas da experiência de castração, que seriam: inibição da sexualidade, que levaria à neurose; uma fixação em uma posição viril, que negaria a feminilidade, e a maternidade, que considerava como única posição dita normal e desejável para a mulher.

Freud, ao dirigir a seguinte pergunta a sua analisanda, Marie Bonaparte, sobre “o que quer a mulher”, manifesta sua complexidade diante do mistério e do enigma que a mulher representa para ele. Logo, a pergunta freudiana, não pôde ser respondida por Freud, a quem tanto se interessou pela mulher e sua sexualidade, onde elaborou diversas perspectivas e refletiu sobre a feminilidade. Assim, a maternidade não pôde, contudo, responder ao enigma da feminilidade. Freud não chega a uma consideração definitiva sobre como responder qual seria o enigma feminino, e em 1932, em sua conferência “Feminilidade”, explicitou sua insatisfação com suas pesquisas, remetendo a possibilidade de elucidação do enigma feminino ao futuro da ciência, aos poetas e à experiência de cada um.

O que significa dizer que Freud deixou em aberto a incógnita do que corresponde à mulher. Apesar de suas pesquisas terem se encerrado em uma tensão entre a lógica fálica e a

via da feminilidade, isto não lhe retira o mérito de estar inscrito em uma história de transformação da metafísica dos sexos, na sociedade ocidental.

Porém, podemos citar Lacan, psicanalista que construiu importantes fundamentos no campo e avanço da teoria freudiana. Como foi citado ao longo do trabalho, em Freud, a mulher é marcada pela inveja de pênis e encontra uma solução para estar substituindo a ausência do órgão sexual por um bebê. Mas como Lacan desenvolveu, não se trata propriamente da falta de um órgão e sim da falta de um símbolo específico da sexualidade feminina. “Esse é um dos aspectos fundamentais da questão da mulher: o efeito causado nela pela falta de um símbolo específico de seu sexo, como o falo o é para um homem (ZALCBERG, 2003, p. 39).

Assim, a psicanálise mudou com o ensino de Lacan, pois, nos anos de 1970, ele formalizou seu ensino em uma lógica que não é a unária do Édipo e que implicava novos avanços quanto à feminilidade. Para Soler (2005), Lacan já havia situado a mãe em um outro lugar, para além do Édipo, onde situou a mulher barrada “(...) Outra, não toda ocupada com o homem ou o filho, dessa vez” (SOLER, 2005, p. 131). Assim, por meio da formulação da metáfora paterna, Lacan evidencia que se torna inoperante, no caso da mulher, “pois deixa-lhe um resto, na medida que não lhe fornece um significante feminino, ou seja, a mulher acaba sendo marcada por aquilo que pode ser atingível e não também, o que marca sua falta, ou que não tem um significante que represente-a” (ZALCBERG, 2003, p. 138).

Diante disso, a mulher sempre trará consigo algo que diz de um enigma, já que visto não existir uma representação da mulher, uma universalidade, como aponta Lacan, não existe um artigo definido que possa designá-la. Com isso, ao ser tomada uma a uma, ao se fazer representar singularmente, ela acaba deixando em aberto muitas dúvidas, pois não existe algo ou um significante feminino posto que possa dizer da mulher em um todo, em um conjunto, como é o falo para o homem.

No entanto, no que diz respeito ao processo de identificação sexuada do ser humano, existem inúmeras diferenças entre a psicanálise e as teorias de gênero, porém, uma possível forma de abordar a identidade de gênero para além de uma uniformidade entre o psiquismo e a diferença anatômica, ou de uma construção social, ou como um resultado do Complexo de Édipo, seria refletir o gênero como uma resposta ao desejo do Outro, a partir das perspectivas de Butler e Lacan, que se aproximam. Considerando a teoria da performatividade de Butler, que acredita que, assim como o homem, a mulher não existe, o que existe seria uma performance do significante homem ou mulher (AMBRA, 2018).

Portanto, uma das conclusões que este trabalho nos permitiu alcançar, foi refletir sobre a importância da aceitação das diferentes opções femininas em suas complexidades e individualidades, sem que delas se exija o ajustamento nas normas sociais padronizadas, para assim, abrir novas possibilidades do desejo da mulher em diversos contextos, sejam eles culturais e sociais. O caminho poderia ser de pensar a feminilidade com um solo de subjetividades que permita a mulher desfrutar de uma série de experiências criativas e não somente por uma via fálica que a limitaria a um determinado fim.

Porém, se uma mulher deseja ser mãe ou não, ela pode. As escolhas de uma mulher não mudam o seu arranjo no mundo e perante a sociedade no que diz respeito ao gênero. Todavia, suas escolhas podem mudar seu posicionamento como sujeito de desejo no mundo. Dessa maneira, a maternidade pode tornar “mãe” uma mulher que assim desejar, entretanto não é a maternidade que faz uma mulher em mulher.

Esta pesquisa oportunizou adentrar neste tema complexo que relaciona a psicanálise com o feminismo e a maternidade, no estudo de diversos textos, permitindo uma análise sobre o proposto por Freud no intuito de ampliar a discussão e vislumbrar novas perspectivas de aprendizado, debate e construção acadêmica que possam melhor aprofundar sobre o tema e assim desenvolvê-lo.

Desta forma, durante a pesquisa, foi possível alcançar os objetivos propostos e assim se deparar com a necessidade de voltar aos textos de Freud com um olhar voltado para as questões contemporâneas que se estendem, com vistas a analisá-los por um viés crítico e não tomar como verdade única ou universal o que está posto, no sentido de ampliar as possibilidades de contextualizar e, posteriormente, prosseguir com novos olhares sobre esta temática.

Este trabalho chega ao seu fim, entretanto, trata-se de um final que não carrega consigo uma conclusão última, caracterizando-se como mais um ponto inicial, que promove inquietações e tensionamentos que movimentam novas buscas e novos estudos. Espera-se que este trabalho contribua de alguma maneira e possa trazer reflexões e críticas não apenas para futuros trabalhos, mas também para pensar e repensar a clínica psicanalítica propriamente dita.

REFERÊNCIA

AGUIAR, D, T, SILVERA L, C, DOURADO S, M, N. A mãe em sofrimento psíquico: objeto da ciência ou sujeito da clínica?. *Esc Anna Nery (impr.)* jul-set; 15 (3):622- 628. 2011.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTUNI, Patrícia Shalana; STENGEL, Márcia. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 709-728, dez. 2016.

AMBRA, Pedro. Gênero e identificação. Rio de Janeiro. *Stylus Revista de Psicanálise*. n. 35, p. 33-50, fevereiro, 2018.

ANDRÉ, S. (1998). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Zahar.

ARAN, Márcia. Feminilidade, entre psicanálise e cultura: esboços de um conceito. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 169-195, June 2000.

ASSOUN, P. L. *Freud e a Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

AZERÊDO, Sandra. 2010. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, vol. 18, nº 1, 2010.

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro, Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

BORGES, J. V. *Da (des) construção do “clássico”*: o Segundo sexo e a Mística feminina no Brasil e na Argentina. 2019.

BRANDINO, G. P.; EMIDIO, T. S.; SINIBALDI, B. A Psicanálise de Freud e a Psicanálise de Hoje: As Vicissitudes do Feminino na Era dos Extremos. *PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA*, v. 16, p. 148-167, 2018.

BRASIL, Marina Valentim; COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 427-446, dez. 2018.

COELHO, D. C. S.; WOLLMANN, Adriane. A maternidade como saída edípica: considerações sobre a feminilidade. *Cad. da escola de saúde*, v. 17 n. 1 (2017).

COSTA, Ana; BONFIM, Flavia. Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto a. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 229-245, Dec. 2014.

COSTA, Priscilla Ribeiro Guimarães. Feminilidade e maternidade no discurso contemporâneo. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 49, p. 163-168, jul. 2018. da ciência ou sujeito da clínica?. *Esc Anna Nery* (impr.) jul-set; 15 (3):622- 628. 2011.

DIAS, Ana Cristina Garcia; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. *Psicol. estud., Maringá*, v. 8, n. spe, p. 63-73, 2003.

FABRI, M. Desencantando a ontologia: subjetividade e sentido ético em Levinas. Porto Alegre: *EDIPUCRS*, 1997 (Coleção Filosofia).

FARIAS, Cynthia Nunes de Freitas; LIMA, Glauceia Gomes de. A relação mãe criança: esboço de um percurso na teoria psicanalítica. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 12-27, jun. 2004.

FREUD, S. (1925). *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX.

FREUD, S. (1931). *Sexualidade feminina*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1923). *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1923/1925). *O ego e o id. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1924). *A dissolução do complexo de Édipo. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira (Vol. XIX, pp. 189-199)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1932 [1933]). *Conferência XXXIII: Feminilidade. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira (Vol. XXII, pp. 113-134)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRISCI, Carmem Lígia Iochins. Mulher - mãe. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 12-17, 1995.

HOMEM, Maria. Coisa de Menina? *Uma Conversa sobre Gênero, Sexualidade, Maternidade e Feminismo*. Contardo Calligaris - Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2019.

JESUS, Milena Santos; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. *Revista Café com Sociologia*, 2014, v.3.

KEHL, M. R. *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LAGO, M. C. S. A Psicanálise nas ondas dos feminismos. In C. Rial, J. M., Pedro & S. M. F. Arend (Orgs.), *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade* (pp. 287-304). Santa Catarina: Editora Mulheres. 2012.

LAMEIRA, Valéria Maia; DA SILVA COSTA, Márcio Clayton; RODRIGUES, Simone de Miranda. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. *Rev. Subj.*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 68-78, jan. 2017.

LAURENTI, C., LOPES, C. E., & ARAUJO, S. F. (Eds.). (2016). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP.

LEMONS, Renata Feldman Scheinkman; KIND, Luciana. Mulheres e maternidade: faces possíveis. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 840-859, dez. 2017.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação*. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista /: Vozes, 1997.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1120-113, Oct. 2019.

MARCOS, Cristina Moreira; MENDONCA, Renata Lucindo. A disjunção mãe/mulher a partir de uma prática de conversação. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 94-102, abr. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. As relações de gênero: naturalização da desigualdade e medo das diferenças. In: Érika Cecília Soares Oliveira, Marcos Ribeiro Mesquita, Tatiana Machiavelli Carmo Souza (org.). *Feminismos, psicologia e resistências contemporâneas*. – Maceió, AL: EDUFAL; 2020.

MOURA, Danielle Ferreira Gomes. Maternidade e poder. *Rev.Mal-Estar Subj*, Fortaleza, v. 13, n. 1-2, p. 387-404, jun. 2013.

MURIBECA, Maria das Mercês Maia. Das origens da sexualidade feminina ao feminino nas origens da psicosexualidade humana. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 33, p. 101-108, jul. 2010.

NAFFAH NETO, Alfredo. A pesquisa psicanalítica. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 279-288, jun. 2006.

NAVARRO-SWAIN, T. Que corpo é este que me escapa, esta identidade que me persegue?. *Labrys* (Edição em Português. Online), v. 18, p. 10-17, 2010.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Bahia: Devires, 2017.

NOVELINO, Aída Maria. Feminilidade: um perfil cultural. *Tópicos Educacionais*. v. 16, n. 1-3, p. 19-31, 1998.

NUNES, Silvia Alexim. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 101-115, 2011.

OLIVEIRA, P. A.; NICOLAU, R. F. Feminino em Questão: Diálogos Contemporâneos entre Psicanálise e Feminismo. *Subjetividades*, v. 20, p. 1-12, 2020.

PATIAS, Naiana Dapieve; BUAES, Caroline Stumpf. "Tem que ser uma escolha da mulher"! representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 300-306, Aug. 2012.

PEREIRA, Z. U. *O que é uma mãe para uma mulher?* Efeitos subjetivos exercidos pela figura materna na constituição da feminilidade da filha; 2010; Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

POMBO, Mariana. Diferença sexual, psicanálise e contemporaneidade: novos dispositivos e apostas teóricas. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 545-567, Sept. 2018.

PRATES, A. L. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. São Paulo: Larvatus Prodeo. (Coleção Heresia Lacaniana). 2019.

QUINET, A. (2015). *Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

RIBEIRO, Maria Anita Carneiro et al. A mulher: um sintoma para o homem?. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 74-87, Mar. 2015.

ROCHA, Zeferino. Feminilidade e castração seus impasses no discurso freudiano sobre a sexualidade feminina. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 128-151, Mar. 2002.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHECHTER, Livia Mariane de Sousa; PERELSON, Simone. Separar-se da mãe para tornar-se mãe: a criação do espaço de concepção. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 403-427, 2017.

SILVA, E. R. da. Feminismo radical—pensamento e movimento. *Textura*, v. 3, n. 6, p. 24- 34, 2008.

SILVEIRA, Léa. Feminismo e Psicanálise. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, V. 6 N. 3, 2, p. 114-127, 2020.

SOLER, C. *O que Lacan Dizia das Mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

STELLIN, Regina Maria Ramos et al. Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 170-185, jun. 2011.

SZAPIRO, Ana Maria; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.

VIEIRA, Milla Maria de Carvalho Dias; MOREIRA, Ana Cleide Guedes. Ideais culturais e o tornar-se mulher: a cultura na constituição da feminilidade. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 14-28, jun. 2020.

ZALCBERG, M. - *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2003.

ZALCBERG, M. *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. 2007.

ZALCBERG, Malvine. O que leva algumas mulheres a se arrependem de ter filhos? *Opção Lacaniana Online*, ano 8, n. 22, p. 1-5, mar., 2017.